

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL E REGIONAL

VALDERIZA BARROS

**MULHERES ROMPENDO O TETO DE CRISTAL NO TERRITÓRIO DOS
BABAÇUAIS**

São Luís
2012

VALDERIZA BARROS

**MULHERES ROMPENDO O TETO DE CRISTAL NO TERRITÓRIO DOS
BABAÇUAIS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na área de concentração Região, Territorialidades e Movimentos Sociais.

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho.

São Luís

2012

Barros, Valderiza.

Mulheres rompendo o teto de cristal no território dos babaguais /
Valderiza Barros. – São Luís, 2012.

95 f

Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e
Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho.

1.Movimento interestadual. 2.Quebradeiras de coco. 3.Territorialidade
específica. 4.Identidade coletiva. I.Título

CDU: 316.35.023.4

VALDERIZA BARROS

**MULHERES ROMPENDO O TETO DE CRISTAL NO TERRITÓRIO DOS
BABAÇUAIS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na área de concentração Região, Territorialidades e Movimentos Sociais.

Data: ____/____/____

José Henrique de Paula Borralho

Doutor em História Social pela UFF
Universidade Estadual do Maranhão

Benjamim Alvino de Mesquita

Doutor em Economia pela Universidade de Paris
Universidade Federal do Maranhão

Viviam Aranha Sabóia

Doutora em Socioeconomia Universidade de Paris
Universidade Estadual do Maranhão

4º Examinador (a) Suplente

5º Examinador (a) Suplente

A todas as quebradeiras de coco babaçu
que com suas lutas estão transformando
a realidade nos babaçuais, para garantir
uma vida mais digna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus! Pela existência! Pela possibilidade de ter chegado até aqui. Não foi fácil, mas graça a meus orixás estou aqui.

Agradeço aos meus pais José Barros (trabalhador rural) e Maria de Deus (quebradeira de coco babaçu), esses que tanto lutaram para ver seus 08 filhos “doutores”. Vocês me ensinaram a “olhar o mundo de frente” ou de “cabeça erguida”.

Agradeço aos meus filhos Junior e Thiago pelo companheirismo e atenção, por compreenderem minhas ausências mesmo na presença. Junior você além de contribuir nas correções dos meus trabalhos, feito este do qual me orgulho muito também teve a paciência de aguentar minhas exigências e minhas angustias. Filhos eu amo vocês.

Agradeço as minhas irmãs Valdira e Valdenira, lindas, inteligentes, companheiras, dedicadas. Valdira você foi e você é minha orientadora, minha inspiração, meu calmante. “Te acalma Valderiza, teu desespero não vai te levar a lugar nenhum”, essa frase esta nos meus momentos de angustia.

Aos meus irmãos homens que tanto lutaram e lutam para que o conhecimento adquirido na academia modifique a realidade do nosso Estado.

As minhas sobrinhas Olga Maria (que será a primeira Governadora Negra do Maranhão); Beatriz Alzira, Maria Cecília, Manu e Maria Joana, acreditem “ser mulher hoje é mais fácil do que ontem”!!!

Aos meus sobrinhos Carlos Ernesto e José Vitor;

Agradeço a Valber pelo dia sim! Dia não! Eu vou sobrevivendo sem um arranhão!

Agradeço a Thomas e Carol pelo carinho e compreensão! Desculpe a dureza no lidar!

Agradeço a Sislene pela Leitura atenta, mona amie, je net par rian!

Agradeço aos colegas do Mestrado pelo tempo em que partilhamos: conhecimento, diálogos, sabedoria, dores e sabores, hoje, “saibam que sei menos do que ontem e mais do que saberei amanhã”, por isso, amigos vou continuar buscando nessa angustia incessante aquilo que chamo Educação!

Agradeço a Capes pela bolsa de estudo que a mim possibilitou entre outras coisas a compra de livros;

Agradeço a UEMA pelo apoio e espaço estudantil;

Agradeço a equipe do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, especialmente Mila e Dety;

Agradeço ao professor doutor Henrique Borralho pela acolhida da orientadora no momento mais difícil pelo qual passei no Mestrado, agradecida, você estará para sempre na lista das pessoas com quem posso contar!!!

Agradeço a DPU/MA pela acolhida e compreensão de todos;

Agradeço aos “praticantes” no Terreiro de Santa Luzia, pela acolhida desta filha rebelde. A mãe Rosinete pelo ensinamento.

RESUMO

A dissertação tem como objeto empírico, o estudo do MIQCB enquanto movimento social organizado. Nessa pesquisa buscamos compreender a relação entre a construção da identidade de quebradeira de coco e os processos reivindicatórios empreendidos pelo MIQCB. Neste trabalho, além da análise da leitura do movimento, feita pelas suas ativistas através dos relatórios e entrevista também recorreremos à abordagem feita por estudiosos que tem se dedicado ao entendimento dos processos de articulação entre as práticas dos movimentos sociais que lutam na realidade local. Uma questão considerada na pesquisa é o caráter de construção da categoria quebradeira de coco babaçu, enquanto identidade coletiva e como ela ganha, a partir dos anos 90 no contexto de desenvolvimento econômico, uma conotação política, relacionada não somente a uma atividade econômica e sim a um contexto de lutas e mobilizações, inclusive com o acionamento de uma identidade própria, ligada ao território político do babaçu, através do movimento dessas mulheres que quebravam coco babaçu. O trabalho apresenta uma abordagem histórica, política do Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu apresentando as reivindicações, a exemplo, do “livre acesso aos babaçuais; gênero; gênero e etnia e educação como importantes reivindicações para construção da identidade de quebradeira de coco babaçu.”

Palavras-chaves: Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu. Territorialidade específica. Desenvolvimento. Gênero. Identidade coletiva.

ABSTRACT

The dissertation is empirical object, while the study of MIQCB organized social movement. This research aims to understand the relationship between identity construction of crash of coconut and the processes undertaken by MIQCB vindicated. In this work, besides the analysis of reading the motion, made by its activists through the reports, also resorted to the more comprehensive approach made by scholars who are dedicated to understanding the processes of articulation between the practices of social movements that articulate with the local demands. One issue considered in the survey is the character-building bankruptcies of babassu nut category, while collective identity and how she wins, from 90 years in the context of economic development, a political, not only related to economic activity but the a context of struggle and mobilization, including the firing of their own identity, linked to the political territory of the palm, through the movement of those women who broke babassu nut. The paper presents a historical, political and economic Interstate Movement of babassu coconut breakers presenting the claims, the example of "free access to babassu, gender, ethnicity and gender and education as important claims to the identity construction of bankruptcies of coconut babassu.

Key words: Interstate Movement of babassu coconut breaker, Specific territoriality. Development. Gender. Collective identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Regionais/Municípios/Produtos e Lutas do MIQCB.....	52
Quadro 2 - Sistematização das principais reivindicações	62
Gráfico 1 - Situação fundiária das participantes do V Encontro	67
Quadro 3 - Demanda do MIQCB em relação à educação oriundas dos relatórios.....	76

LISTA DE MAPA, FOTOS E FIGURA

Mapa 1 -	Mapa regional feito pelas mulheres a partir da ideia de lugar, pertencimento.....	28
Foto 1 -	Maria Alaides e pesquisadora	32
Foto 2 -	Sebastiana moça (camiseta branca), Graciléia (blusa amarela) e pesquisadora.....	33
Foto 3 -	Antonia Vieira Brito deitada e pesquisadora.....	34
Foto 4 -	Estrada de acesso ao povoado Centrinho do Acrisio-Município Lago do Junco.....	35
Foto 5 -	Estrada que liga Centrinho do Acrisio a Ludovico mostra palmeiras que foram derrubadas e estavam sendo queimadas.....	36
Foto 6 -	Montes feitos de coco babaçu, provavelmente será vendido para fabrica de ferro gusa	37
Foto 7 -	Indústrias de ferro gusa.....	37
Foto 8 -	Indústrias de ferro gusa.....	37
Foto 9 -	Animais (jumentos) na beira da estrada, esses animais são utilizados para transporte de babaçu e pessoas	39
Foto 10 -	Quebradeiras de coco na extração do babaçu.....	40
Foto 11 -	O entardecer nos babaçuais	40
Figura 1 -	Estrutura da Organização do MIQCB.....	47

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Maranhão

ASSEMA – Associação em áreas de Assentamento do Estado do Maranhão

AMTR – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais -Lago do Junco-MA

COPPALJ – Cooperativa de Pequenos Produtores de Lago do Junco-MA

COPAES – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de São Luís Gonzaga-MA

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores do Estado do Maranhão

CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITERMAR – Instituto de Terras do Maranhão

MIQBC – Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco Babaçu

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PGC – Programa Grande Carajás

RESEX – Reserva Extrativista

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SMDDH – Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento dos Estados do Nordeste

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE MAPA, FOTOS E FIGURA.....	9
LISTA DE SIGLAS	10
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Relações da pesquisadora com o tema.....	18
1.2 Pressupostos	19
1.3 Apresentação do trabalho.....	20
2 METODOLOGIA.....	21
2.1 As categorias para análise.....	21
2.2 Trabalho de Campo	26
2.3 O trabalho de pesquisa “os relatórios”	29
2.4 O trabalho de pesquisa “as entrevistas”	31
2.5.1 O momento das entrevistas	32
2.5 Localidades das entrevistadas (Centrinho do Acrísio, Ludovico, Capinzal do Norte	34
2.6 O trabalho da quebra de coco babaçu.....	38
3 UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	41
3.1 As estratégias de organização e mobilização	44
3.2 A dimensão organizativa.....	46
3.3 Território da Quebradeira “é onde a vista olhar e as pernas alcançar”: o território político do babaçu.....	48
3.4 As lutas das regionais.....	51
3.5 As quebradeiras de coco frente à mundialização do capital	55
4 AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE COMO EXPRESSÃO DE LUTA POLÍTICA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	61
4.1 O “Empinar” para Luta: especificidades da luta organizada	61
4.2 O Livre acesso aos babaçuais “Uso comum” e Lei	65
4.3 Gênero e etnia.....	68
4.4 Educação para as Quebradeiras de Coco Babaçu	74
4.4.1 O MIQCB: concepção de educação a partir dos encontros, relatórios e projeto.....	79

4.5	Afirmação da Identidade de quebradeira de coco babaçu.....	81
5	CONCLUSÃO	89
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXOS.....	99

1 INTRODUÇÃO

O período entre os anos 80 e início dos anos 90 deve ser visto como construtor de espaços de cidadania por meio das novas leis que se estabeleceram no Brasil - a nova Constituição, em especial o capítulo sobre os novos direitos sociais - e pela reviravolta teórica que passa a ocorrer no plano das análises – passa-se a considerar nas pesquisas a cultura política presente nos espaços associativos, destaca-se a importância das experiências cotidianas no lugar de categorias macro explicativas anteriormente utilizadas. Autores a exemplo dos quais utilizamos em nossas pesquisas passam a terem um destaque na academia. Para a realização deste trabalho utilizamos teóricos como Robsbawn (1995) com uma abordagem mais histórica e Geertz (1997; 2008) mais centrado na linha antropologia e (GOHN, 2003).

No campo prático, outros tipos de Movimentos Sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios emergem a partir de uma nova concepção que se refere à outra ordem de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, que apelam para a igualdade e a liberdade nas relações de raça, gênero e sexo, mas sem deixar de lutar pelo direito à vida, pelo acesso à comida, à terra para plantar e outras condições essenciais para sobrevivência (GOHN, 2003).

Nessa discussão podemos estabelecer uma distinção entre os movimentos que já existiam tidos por alguns estudiosos como “velho” movimento. Enquanto os velhos movimentos, como o operário ou sindical, pugnavam por uma nova ordem política, os chamados “novos” movimentos sociais, de novas práticas - sendo que a idéia de “movimento” passa a ser incorporada ao discurso de proteção ambiental, igualdade de gênero e etnia que emergira -, pressionam os poderes e as instituições existentes e questionam as fronteiras entre o Estado e a sociedade. Os “novos” movimentos combinaram suas ações de sentido reivindicatório para atingir novas metas como a defesa da causa ecológica, da paz, dos direitos das mulheres, do respeito pelas minorias, da democratização do ensino, dentre outras.

Nessa trajetória os movimentos sociais, ou movimento sindical, vivenciaram as suas experiências políticas em um período histórico conflitante entre o velho e os novos movimentos sociais.

Na perspectiva de focalizar o sentido histórico-cultural das suas aprendizagens a partir de conflitos políticos e das suas próprias lutas reivindicatórias frente às políticas emanadas durante as duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, emerge o MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu¹.

Nesse contexto de novos movimentos sociais, o MIQCB representa uma nova perspectiva de luta política e social, refletida através das reivindicações pelo livre acesso aos babaçuais, por lutas contra as derrubadas de Palmeiras e contra queimadas, assim como as reivindicações entorno das discussões de Gênero e Educação a partir da autodefinição das mulheres enquanto quebradeiras de coco babaçu dentro do território político/ cultural, como contraponto à disputa de poder na sociedade.

Assim, a contribuição da representação de lutas em espaços de conflitos sociais e de gênero direcionou a um novo referencial formador nas práticas educativas dos movimentos sociais.

No Maranhão há diversos movimentos sociais organizados que não seguem o padrão de atuação e organização política dos sindicatos. Dentre outros, podemos citar a ACONERUQ- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão; a SMDDH- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos; o CDMP- Centro de Defesa Padre Marcos Passerine; o chamado Movimento do Baixo Parnaíba; o CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão; o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza e o MIQCB, que constitui o referencial empírico de nossa pesquisa. Esses movimentos possuem bases locais, porém com uma rede de mobilização nacional e internacional.

Esta pesquisa, conforme foi dito acima, tem como referencial empírico a análise das ações do movimento das **quebradeiras de coco babaçu**² configuradas

¹ O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB é articulado em torno das denominadas regionais, que são subdivididas em seis áreas de atuação: **Médio Mearim**, **Baixada**, **Tocantina** (Imperatriz e municípios vizinhos), no estado do Maranhão; **Bico do Papagaio**, no estado do Tocantins; **Palestina**, no estado do Pará; **Esperantina**, no estado do Piauí.

² O destaque se dá por ser uma das categorias trabalhadas dentro da nossa pesquisa. Há o acionamento da identidade de quebradeira de coco babaçu pelas mulheres no campo prático, social político e na auto definição

ou classificadas como **comunidades tradicionais**³ nas quais as integrantes estão inseridas, em especial as comunidades extrativistas ligadas à extração do coco babaçu.

As *quebradeiras de coco babaçu* constituem um grupo de mulheres extrativistas que integram diferentes formas organizativas e ocupam papéis sociais diferenciados. Essas extrativistas se organizam e atuam em diferentes frentes de luta, tais como clube de mães, associações de moradores, associações quilombolas, cooperativa de pequenos produtores e sindicatos. Essas “unidades de mobilização” conforme afirma Almeida (1995), possibilitam uma articulação em rede das quebradeiras de coco babaçu.

O conceito ou termo “quebradeira de coco babaçu” embora seja relacionado a uma atividade econômica se constitui em uma forma de *auto-definição*⁴, que congrega as agentes sociais em processos de mobilização nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

As quebradeiras de coco babaçu enfrentam diversas dificuldades para adquirir sua matéria prima o coco babaçu, pois a proibição do Livre Acesso, que era uma prática de “uso comum” (ver definição neste trabalho no capítulo 3, p.49) passa a ser uma reivindicação a partir da implantação de projetos agropecuários na região onde essas mulheres vivem.

³Leitura nossa de Shiraishi Neto (2007). A Comunidade ganha força transnacional com a Convenção 169 e as ações de lutas dos Movimentos. De acordo com Shiraishi, a partir do documento acima “[...] constata-se que a noção de 'comunidades locais', que antes denotava principalmente um tributo ao lugar geográfico e a um suposto 'isolamento cultural', tornou-se relacional e adstrita ao sentido de 'tradicional', enquanto reivindicação atual de grupos sociais e povos face ao poder do Estado e enquanto direito manifesto através de uma diversidade de formas de 'autodefinição coletiva'. O termo hoje aparece envolvido num processo de construção do próprio 'tradicional', notadamente a partir de situações críticas de tensão social e conflitos.” (SHIRAISHI NETO, p. 9 -42, 2007)

⁴ O critério de autodefinição é reconhecido atualmente pela legislação brasileira, por meio do Decreto nº 6.040/2007, que reconhece os direitos de autodefinição elaborado por “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

São inúmeros os impedimentos de acesso aos babaçuais como a “quebra da alça do jacar”⁵, pois os ditos proprietários de terra quando as encontram carregando a casca do coco quebram ou cortam a alça do jacar e jogam o coco ou a casca no chão impedindo assim a retirada do babaçu da terra; a “*quebra de meia*” (as mulheres tem permissão para adentrar o espaço do babaçu, porém ao sair elas dividem o que quebraram com o proprietário da terra, as vezes precisam deixar para o fazendeiro até a casca do babaçu que lhes serviria para fazer carvão; a “venda por vale” (as mulheres ao entregarem a amêndoa do coco para o comerciante recebem um papel com o valor do produto, o que lhes obrigam a voltar para esse mesmo estabelecimento e retirar o vale em mercadorias), além da luta contra o cerceamento e o agronegócio.

Nas pesquisas exploratórias podemos perceber que o “Livre acesso”⁶ aos babaçuais é um elemento desencadeador das reivindicações dessas mulheres, que depois vão inserindo outras bandeiras de lutas. O “Livre acesso” levou, posteriormente, à elaboração de uma Lei municipal que garantisse a entrada das mulheres nas áreas, mesmo as privadas. Em entrevista concedida durante o trabalho de campo podemos perceber o que estamos afirmando acima, através da fala da quebradeira de coco Diocina, conhecida como Dior⁷:

O acesso aos babaçuais veio através da prática, depois resolvemos colocar no papel, porque vivemos num país de papel, Lei no papel que não funciona. Leis boas nós temos muitas...mas não saem do papel. Onde há lei babaçu livre foi aprovada nos temo que provar, precisamos provar que ela existe e fazer valer. (REIS, 2012).

Posteriormente essa mobilização sai da esfera mais local e passa a ser uma articulação mais global com a luta pela aprovação da Lei federal. Essas mulheres começam a se articular com outros movimentos, pois perceberam a necessidade de mobilização com outros grupos que tinham dificuldades em comum.

⁵ O jacar é um cesto feito de palha, artesanalmente, em que as mulheres colocam o coco babaçu para fazer seu transporte. Ele fica pendurado por uma corda passada no lombo de uma mula.

⁶ Esse tópico será tratado no terceiro capítulo desse trabalho.

⁷ Liderança do MIQCB e sócia da AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Mearim.

Em entrevista Antonia Brito⁸, extrativista do babaçu no Maranhão Regional Mearim afirma:

Iniciamos nossas discussões com ajuda aqui na Regional da ASSEMA, no Piauí com ajuda do CEPES, no Tocantins com ajuda da ASMUBIP, no Pará com Ajuda da CPT, no Maranhão tivemos ajudas da SMDDH, CENTRU e outras, mas, também fora do País, na Bolívia em Cobirra, Herencia e uma entidade com quem o MIQCB mantém articulação porque temos lutas em comum, eu já fui lá, além desses tem os nossos financiadores. (BRITO, 2012)

De acordo com o relato de Sebastiana Ferreira Costa⁹, mais conhecida como “Moça”, as quebradeiras começaram as mobilizações nos povoados através da formação de grupos de estudo, depois elas passaram a mobilizar mulheres no nível municipal, estadual, paralelo à uma articulação internacional com ONGs, pesquisadores, comunidades extrativistas de outros países, ativistas de direitos humanos e ambientalistas, vejamos a fala da Moça:

[...] o movimento já vinha das discussões de base nos municípios no Estado do Maranhão; nós já vínhamos trabalhando a questão do MIQCB, começamos com uma oficina, chamamos alguém de Imperatriz, Pará, Tocantins, Piauí, trabalhamos em oficinas para estar buscando maiores conhecimentos [...] (COSTA, 2012)

Almeida (2008), estudioso das práticas desse movimento, analisa a articulação das quebradeiras com outras organizações, como uma forma de resistência a medidas governamentais como o enfrentamento ao modelo agropecuário brasileiro e aos impactos provocados pelos chamados grandes projetos, quais sejam: a construção de rodovias, barragens, gasodutos, oleodutos, minerodutos ao mesmo tempo em que apresenta outros critérios para essa organização. (ALMEIDA, 2008, p.85-86)

[...] a particularidade do critério político-organizativo... propicia o entendimento do ato de agrupar diferenças culturais em torno de

⁸ Quebradeira de coco babaçu, mora no Centrinho do Acrísio, Mãe, esposa, avó, liderança do MIQCB.

⁹ Liderança das quebradeiras de coco babaçu, mora em Ludovico, casada, mãe de cinco filhos e três netos, essas informações foram obtidas em entrevista realizada durante o período da pesquisa de campo.

objetivos comuns mediante formas de mobilização continuadas, que se renovam a cada situação de antagonismo [...] (ALMEIDA, 2008, p. 85).

Para romper com as formas de dominação em seu contexto de moradia, as extrativistas do babaçu, vão se juntando com outros Movimentos, ao depender da situação com Movimento Quilombola, Movimento de atingidos por Barragens, Movimento dos Faxinalenses, ou seja, conforme cada situação de antagonismo.

1.1 Relações da pesquisadora com o tema

De nossa parte, o interesse por esse movimento possui diversas motivações. A primeira motivação é de ordem pessoal, já que possuímos origem camponesa e realizamos desde criança, com a família, atividades relacionadas à agricultura, inclusive quebra de coco. Participamos ainda de algumas fases do ciclo agrícola tais como *panha do arroz*, plantação de milho, *pilação* do arroz e outras. Em outro momento da nossa trajetória, exercemos profissionalmente atividades administrativas do MIQCB, o que nos possibilitou outro tipo de contato com a realidade das quebradeiras de coco. Nesse caso, acompanhando diariamente por quatro anos as lutas e os dilemas do seu processo organizativo, assim como as suas ações políticas e os enfrentamentos em busca dos seus direitos.

A segunda motivação é em relação ao contato com o MIQCB do ponto de vista acadêmico, em 2005 realizamos a monografia de conclusão do curso de Pedagogia da UFMA intitulado “*Um estudo sobre as quebradeiras de coco babaçu no livro didático **Terra das Palmeiras***”, onde abordamos que no único livro de história e geografia do Maranhão adotado pelas redes de ensino estadual e municipal no Maranhão não houvesse referencia ao Movimento de mulheres extrativistas do babaçu. Neste primeiro trabalho elaboramos uma crítica à maneira como as quebradeiras de coco são representadas neste livro, que exclui toda a capacidade de mobilização e o seu protagonismo social. As mulheres aparecem como meras figuras ilustrativas da realidade camponesa maranhense.

Num segundo momento, em 2008, quando ingressamos no curso de especialização “Sociologia das Interpretações do Maranhão”, da UEMA, a partir das

leituras realizadas aprofundamos o nosso interesse sobre a temática da identidade das quebradeiras de coco. Realizamos como trabalho de conclusão de curso a monografia “Múltiplas identidades das quebradeiras de coco babaçu”, em que analisamos as múltiplas identidades com as quais as quebradeiras se identificavam: quilombolas, indígenas, atingidas por barragem ou grandes projetos, pescadoras, trabalhadoras rurais essas acionadas pelas integrantes do MIQCB.

Os estudos realizados no âmbito da graduação e da pós-graduação possibilitaram uma reflexão sobre a concepção da categoria *quebradeira de coco babaçu*, que se apresenta como uma categoria ampla, que se não for bem delineada pode ser reificada, pois, se formos tomar a atividade econômica em si teremos situações de pessoas que quebram coco e não necessariamente se autodefinem como quebradeiras e outras que, apesar de hoje se encontrarem mais no plano político representativo atuando como vereadoras ou presidentes de associações, diretoras de escolas, sindicatos, professoras e, portanto possuem pouco tempo para dedicar-se à atividade de extração do babaçu, continuam se autodefinindo como *quebradeiras de coco babaçu*.

Portanto, esta pesquisa de mestrado surgiu da junção de várias experiências, tanto das experiências pessoais que articulam diferentes momentos da nossa vida, quanto da formação profissional e acadêmica.

Para nossa pesquisa uma questão a ser considerada é o caráter de construção dessa categoria, como ela ganha, a partir dos anos 90, uma conotação política, relacionada não somente à uma atividade econômica e sim à um contexto de lutas, de mobilizações, inclusive com o acionamento de uma identidade própria ligada ao movimento das mulheres que quebravam coco babaçu.

Nesta pesquisa buscamos compreender a relação entre a construção da identidade de quebradeira de coco e os processos reivindicatórios empreendidos pelo MIQCB.

No presente trabalho, além da análise da leitura do movimento feita pelas suas ativistas também recorreremos à abordagem mais global feita por estudiosos que tem se dedicado ao entendimento dos processos de articulação entre as práticas dos movimentos sociais que articulam a realidade local com as demandas globais.

1.2 Pressupostos

Para orientação do trabalho formulamos os seguintes pressupostos:

a) A Lei de Livre Acesso aos Babaquais aumentou o empoderamento social e político dessas extrativistas, levando-as a se afirmarem no cenário maranhense e esse reconhecimento tem possibilitado uma auto-afirmação;

b) Os seus encontros, denominados **Encontrão**, têm propiciado uma troca de experiências, de reconhecimento de direitos, mostrando afinidades e lutas comuns e levando mais mulheres que se encontram na mesma situação a se reconhecerem enquanto quebradeiras de coco babaçu;

c) A identidade é um processo em construção, ela está em constante mudança, que pode ser percebida através das reivindicações presentes nos materiais produzidos a partir dos **Encontrões**;

d) À medida que essas mulheres vão se inserindo nas reuniões, nos encontros, elas passam a questionar o modelo econômico no qual estão inseridas, assim como o processo de exploração à qual estão submetidas, ou seja, elas começam a ver a sua realidade, percebendo que não possuem o livre acesso aos babaquais e, portanto, precisam reagir.

1.3 Apresentação do trabalho

O trabalho aqui apresentado está construído da seguinte maneira: no capítulo **Metodologia**, esclarecemos à abordagem metodológica, a delimitação do objeto de estudo, as categorias utilizadas, os principais questionamentos que orientaram a formulação da pesquisa, assim como o referencial teórico empregado.

No capítulo **Um olhar sobre o MIQCB**, abordamos o contexto histórico, político, econômico de construção do MIQCB mostrando através de uma abordagem histórica em que medida a organização das mulheres extrativistas nesse movimento contribui para o acionamento de uma identidade coletiva específica, vinculada a um processo de mobilização singular. Neste capítulo também trabalharemos os questionamentos do MIQCB em torno do dito “desenvolvimento econômico e sustentável”, onde apresentamos as discussões sobre, desenvolvimento sustentável e demonstramos a relação com a construção da identidade das quebradeiras.

No capítulo **Afirmação da identidade como expressão de luta política das quebradeiras de coco babaçu**; apresentamos as especificidades da luta organizada a partir dos encontrões do MIQCB, abordando as principais

reivindicações do movimento, discussões e pautas, tais como: a reivindicação de um modelo de educação adequado à realidade local das quebradeiras, o livro acesso aos babaçuais reconhecendo como mote para sobrevivência física e cultura da mulheres, gênero e etnia e a questão ambiental. Ao mesmo tempo traçamos o perfil das quebradeiras de coco babaçu, mostrando como a construção da identidade de quebradeira é moldada a partir dos seus processos reivindicatórios.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa recorreremos a diferentes fontes, incluindo o material bibliográfico concernente ao tema, produzidos pelo movimento das quebradeiras de coco-MIQCB, tais como: relatórios de atividades, pesquisas realizadas e projetos desenvolvidos pela entidade. O acesso a essas fontes foi possível devido à relação de proximidade com as ativistas lideranças do MIQCB, propiciada pelo longo período que trabalhamos com este movimento, onde pudemos estabelecer vínculos de amizade e respeito que se estendem até os dias atuais.

Com relação ao referencial teórico trabalhamos com autores que discutem categorias como identidade, gênero, desenvolvimento, modelos educativos, tais como Alfredo Wagner de Almeida (1995; 2006; 2008) Stuart Hall (2000), Eric Hobsbawn (1995), Frederick Barth (2000), Henri Acselrad (2006), Max Weber (1993), Clifford Geertz (1997), Paulo Freire (2000) dentre outros.

A categoria identidade nessa pesquisa aparece acompanhada de três outras categorias: “gênero”, “territorialidade específica” e “desenvolvimento econômico”, que aparecem na trajetória dos processos reivindicatórios e na própria concepção de identidade das quebradeiras de coco babaçu organizadas no Movimento MIQCB.

Concordamos com Weber (1993), acreditando que o pesquisador não deve esconder o sujeito da ação social, porém o que percebemos com os trabalhos de pesquisa feitos durante algum tempo, até mais ou menos 1985, é que eles sempre colocavam como problemas centrais relacionados ao babaçu somente aqueles enfrentados pelos comerciantes, industriais e fazendeiros ou agropecuaristas especialmente do Maranhão e do Piauí. As quebradeiras de coco não apareciam nos trabalhos e se apareciam eram estigmatizadas pelo modo de lidar com o coco babaçu.

2.1 As categorias para análise

O uso da categoria *identidade da quebradeira de coco babaçu* aparece, no nosso trabalho, atrelada à construção do conceito de quebradeira de coco babaçu nos anos noventa, com uma conotação relacionada não somente a uma atividade econômica, mas também a partir de uma análise do contexto histórico dos processos de mobilização e das reivindicações acionadas por essas extrativistas. Percebemos como esse conceito ganha uma conotação política, o que para Almeida (2008), a nova identidade emerge em sua plenitude onde foram construídas condições efetivas para tal, então não ocorre em todos os lugares.

Essas condições foram e vem sendo conquistadas com muito esforço e luta dessas mulheres. Pois no contexto de acionamento dessa identidade, ou seja, na luta pelo reconhecimento do ser quebradeira de coco as diversas lutas se fazem presente. (luta pelo livre acesso aos babaçuais, pela igualdade de gênero e educação, contra um desenvolvimento econômico que massacra o seu território. Ao perceber que não tinham terra para trabalhar começaram lutando pelo acesso a terra. O que nos remete a luta pelo território que não é contínuo, mas permeado pelas práticas das mulheres extrativistas e do próprio MIQCB que reforça o advento da nova identidade política.

Para Almeida (2006) e Little (2002) a existência do território está relacionada às condutas constituídas de um grupo social, ou seja, se faz necessário pensar o território a partir das ações históricas e políticas dos atores que ocupam esse território, uma vez que atitudes de mobilização e reivindicação, por exemplo, definem as especificidades de cada território. Por territorialidade Almeida (2008, p. 51) compreende:

[...] as territorialidade específicas podem ser entendidas como resultantes dos processo de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingências, dependendo da correlação de forças em cada situação social de antagonismo...e sua emergência atém-se a expressões que manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização.

Ao entendermos territorialização como um processo político, através do qual há uma transformação coletiva que ocorre com o acionamento de uma identidade própria, essas mulheres ao mesmo tempo em que instituem mecanismo de tomada de poder e representação, levam a (Re)significação (ANEXO A) de conceitos e práticas nesse território.

As quebradeiras de coco fazem essa (re)significação quando buscam novas alternativas para melhorar a produção oriunda dos babaçuais¹⁰. Inovam quando constroem fábricas de sabonete, fábrica de mesocarpo, fábrica de óleo de babaçu, mas, fazem questão de manter o machado para extração da amêndoa, este que representa a preservação da identidade.

As discussões em torno do Desenvolvimento aparecem no contexto dessas mulheres, tendo este, enquanto negação do direito a liberdade de ir e vir – acesso ao babaçual-e igualdade de acesso, quando os agentes antagonistas se instalam nesse território acabam por invadir as práticas e meios de sobrevivência dessas mulheres.

No século 20 passado, o discurso do desenvolvimento econômico chega ao território das quebradeiras de coco babaçu através dos projetos agropecuários financiados pelo Estado. O conceito de desenvolvimento é quase que relacionado exclusivamente ao crescimento econômico, passando a ser questionado devido às suas limitações. A discussão sobre um novo padrão de desenvolvimento econômico surge em decorrência de evidências, que advertem sobre uma situação de “insustentabilidade” desse modelo até então dominante. Desse modo, há uma luta para romper com esse modelo e luta pela necessidade de modificar os modelos de desenvolvimento imperante, por outros baseados nas potencialidades socioambientais locais, a exemplo o desenvolvimento local sustentável que é um sonho de modelo a ser implantado e consolidado pelas quebradeiras.

No contexto de discussão e participação política que envolve grupos locais e ao mesmo tempo grupos de interesses articulados e organizados globalmente, esses últimos, mantêm suas demandas atendidas pelo aparato estatal

¹⁰ Os babaçuais nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, associam-se a outros tipos de vegetação, sendo próprio da baixadas quentes e úmidas. Nas referidas unidades da federação ocupam em conjunto uma área correspondente a cerca de 18,5 milhões de hectares, conforme Ministério da Indústria e Comércio - SIT, Mapeamento e Levantamento de potencial das ocorrências de babaçuais. Brasília: MIC/SIT.

em detrimento daquelas oriundas das associações ou grupos locais. Nesse sentido recorremos a Henri Acselrad (1992 apud LEROY, 2010, p. 107) que diz:

[...] somente poderiam começar a se viabilizar proposta de um outro desenvolvimento se fossem fruto de um pacto entre setores da sociedade; se os setores marginalizados, explorados e ou excluídos e que estes tivessem condição de formular suas proposta e de conseguir que fossem levadas em consideração e se o governo estivesse disposto a facilitar e dar consequência a esse pacto em suas políticas e sua operacionalização.

Pelo que percebemos até o momento esse modo de pensar dos pesquisadores, estar ainda por ser concretizado, já existe o modelo através do qual seria possível esse modo de gestão que seria através de “conselhos participativos”, mas, isso não tem sido feito.

Outro modo de dar sequencia ao pacto seria através de uma educação política que poderia contribuir no sentido de uma alteração dessa realidade, pois esta incentivaria a participação política para além do processo eleitoral.

No tocante as extrativistas que estudamos através do MIQCB, por ser um movimento de mulheres a questão da igualdade entre os gêneros permeiam as pautas desse Movimento, pois a partir do momento em que estas começam a participar das atividades, reuniões, encontros, a dinâmica da relação homem-mulher é modificada, as mulheres se vêem ocupando um espaço público de reivindicação política, esfera que anteriormente era ocupada pelos homens e percebem que não estão sendo compreendidas dentro de suas casas.

A partir da necessidade de lutar por mais direitos essas mulheres saem da esfera doméstica, passando a ocupar um espaço de luta política e ou revolução, observando que os lugares ocupados pelos homens também as pertence. Essa situação interfere nas relações familiares levando essas agentes a discutirem com os seus companheiros maneiras de viverem em igualdade, tanto em casa quanto na luta por melhores condições de sobrevivência.

Ao se tratar no caso da territorialidade do babaçu a “territorialidade específica” este aparece como um espaço contestado materialmente e simbolicamente¹¹ por essas mulheres. A contestação material feita pelas extrativistas

¹¹ Um dos fatores simbólicos acionados nestes movimentos diz respeito aos signos de reconhecimento e aos seus valores evocativos, que passam a identificar as diferentes identidades coletivas e seus movimentos respectivos: a palmeira de côco babaçu torna-se o ícone da ação das denominada “quebradeiras”, do mesmo modo que a “cabaça” simboliza os “quilombolas” da Bahia e do Vale do Jequitinhonha (MG), a “poronga” os seringueiros...Faixas, cartazes, panfletos e folhetos

se dá quando elas percebem que o espaço de acesso ao babaçu torna-se restrito, que elas “legalmente” não são as detentoras do território que antes da chegada dos fazendeiros ou dos grandes projetos era de “uso comum”. Para essas mulheres que criaram os filhos nesse território, sendo este também o local onde enterraram os antepassados, percebemos uma ligação com a terra, em especial a palmeira, que para elas é a “mãe” que dá fruto o ano todo para o sustento da família. Além disso, é nesse lugar que elas encontram as ervas necessárias para a cura de doenças, é ali que está o seu modo de vida. Ao mesmo tempo, enfrentam o dilema de verem as palmeiras sendo derrubadas, queimadas e destruídas pelos grandes proprietários dos babaçuais que ameaçam toda a estrutura reprodutiva de suas famílias.

O “desenvolvimento econômico” apregoado pelo Estado e implantado de cima para baixo modifica substancialmente o modo de vida das quebradeiras de coco babaçu, desestruturando as relações existentes na comunidade e impondo a presença de novos agentes do capital, como pecuaristas e atravessadores. Nesse contexto existe um embate entre um modo de vida ligado à preservação da natureza e um modelo econômico predatório, a maneira como os pecuaristas lidam com a terra compromete principalmente a conservação do ambiente e o modo de vida dessas mulheres.

De acordo com as diferentes demandas apresentadas pelo nosso “objeto” de estudo, que como afirma Pierre Bourdieu (2010, p. 26-28), a pesquisa determina a metodologia a ser aplicada, assim como o arcabouço teórico que constituem o campo de estudo.

[...] A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar relacionalmente [...]

impressos em folhas avulsas com informações sucintas sobre determinados movimentos e organizações estampam estes símbolos, do mesmo modo que as embalagens dos bens(farinha, sabonete, farinha de mesocarpio, óleos vegetais, frutas desidratadas, papéis reciclados) produzidos de forma cooperativa e solidárias pelos integrantes dos movimentos sociais. (ALMEIDA, 2008, p. 5)

No nosso campo de estudo, buscamos dentro da liberdade que a condição de pesquisador nos permite compreender e ao mesmo tempo relacionar o nosso conhecimento acadêmico com a realidade empírica das *quebradeiras de coco babaçu*, através do MIQCB este que nos possibilitou elementos fortes para entendimento da realidade dessas mulheres.

2.2 Trabalho de Campo

Com relação à pesquisa de campo inicialmente pensamos em fazer um *survey* aos moldes da metodologia utilizada por Malinowski (1978). Contudo, no decorrer da pesquisa empírica junto às mulheres e as leituras dos relatórios do MIQCB percebemos que as realizações de entrevistas subsidiavam a necessidade de inserção no universo do movimento. Dessa forma foram feitas diversas entrevistas com as principais lideranças do movimento no estado do Maranhão, mais precisamente as que atuam na região conhecida como Médio Mearim e ou Regional Mearim.

Como recorte empírico, optamos por estudar de maneira mais profunda a atuação do MIQCB na chamada regional do Mearim que, de acordo com o relatório do VI Encontro, possui os seguintes municípios como área de atuação: Lima Campos, Codó, Peritoró, Igarapé Grande, São José dos Basílios, São Luis Gonzaga, Esperantinópolis, Lago da Pedra, Lago do Junco, Timbiras, Trizidela do Vale, Bernardo do Mearim e mais recentemente Capinzal do Norte. A população dessa regional é constituída por descendentes de emigrantes cearense e piauiense, que foram para essa região fugindo da seca e, mais recentemente, por migrantes de outros lugares atraídos por indústrias de extração de gás natural e ferro-gusa.

A partir da análise das fontes impressas percebemos a forte atuação dessa regional e a importância da mesma para a consolidação do movimento de quebradeiras de coco babaçu.

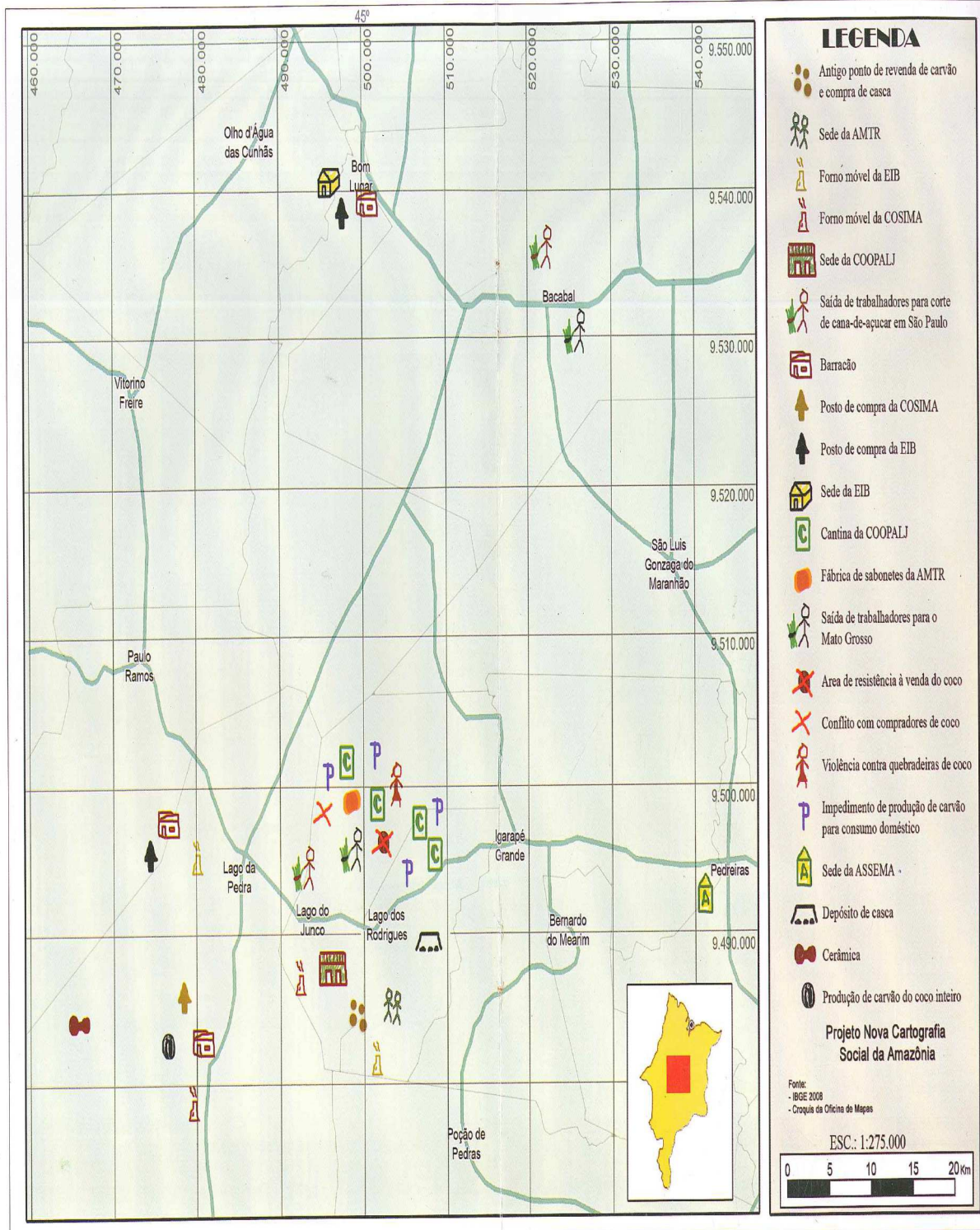
Outro elemento para pesquisarmos essa regional foi o fato de possuímos uma afinidade pessoal com várias lideranças que atuam nessa região, o que facilitaria a pesquisa de campo. Outro dado que deve ser considerado é o fato de termos nascido nessa região, o que nos propiciaria uma familiaridade com a realidade dos municípios que compõem essa regional.

O Médio Mearim maranhense fica há três horas de viagem de São Luis, é uma região rica em babaçuais e um foco de luta das quebradeiras de coco babaçu que enfrentam diversas dificuldades, entre elas o direito ao livre acesso as babaçuais e a presença de empresas siderúrgicas que compram o coco babaçu inteiro para a produção do carvão vegetal que abastece as indústrias de ferro-gusa.

Essas empresas ao comprarem o coco retiram das mulheres a possibilidade do uso diversificado deste que poderia ser transformado em diversos produtos, tais como a amêndoa inteira, da qual se extrairia o leite de coco, o óleo comestível, a borra para a produção de sabão, sabonetes e cosméticos. Também os chamados subprodutos do babaçu: a farinha de mesocarpo, bijuterias diversas e o próprio carvão utilizado pelas famílias para uso doméstico.

A seguir um Mapa da Regional Mearim produzido pelas quebradeiras de coco babaçu através do projeto Nova Cartografia social da Amazônia.

Mapa 1 – Mapa regional feito pelas mulheres a partir da ideia de lugar, pertencimento.



Fonte: Martins, Pereira Júnior (2009, p. 6-7).

Atualmente na regional do Mearim o nível de organização das mulheres chegou ao ponto destas controlarem todo o processo produtivo relacionado a produtos extraídos da palmeira do babaçu, que inclui desde a fabricação do óleo, de sabonetes, papel reciclado, farinha de mesocarpo, artesanato, carvão, uso medicinal, até a construção de casas.

A metodologia pela qual nos realizamos nossa pesquisa segue os seguintes passos empíricos: Na pesquisa bibliográfica, a partir da revisão de trabalhos e conceitos que contribuem para o estudo do assunto, buscamos aprimorar a compreensão das seguintes temáticas: identidade, gênero, territorialidade específica e desenvolvimento econômico e educação.

No que concerne à pesquisa documental, foram lidos e sistematizados os relatórios dos encontrões realizados pelo MIQCB no período de 1991 a 2010, pesquisas e projetos elaborados institucionalmente pelo MIQCB.

A pesquisa de campo contou com observação direta e entrevistas semi-estruturadas com algumas lideranças do Movimento de quebradeira de coco babaçu seguida de gravações e fotografias.

Na pesquisa exploratória, no trabalho de campo, fizemos entrevistas com as lideranças do Movimento que permitiram perceber uma gradual mudança na natureza das bandeiras de luta do MIQCB com o acréscimo de outras dimensões à afirmação da identidade de quebradeira de côco, a exemplo da dimensão ambiental, educacional e fazer uma reflexão sobre os impactos do modelo de desenvolvimento da vida dessas mulheres.

2.3 O trabalho de pesquisa “os relatórios”

Dentre os documentos que permitiram iniciar essa *incursão* - termo utilizado por Clifford Geertz - entorno da construção da categoria “quebradeira de coco babaçu” estão os relatórios do MIQCB (**Encontrões**), Informativos MIQCB, relatório institucional, livros de pesquisadores ligados ao MIQCB e cartilhas. O trabalho partiu da análise desses relatórios em que buscamos analisar quais eram as reivindicações das extrativistas organizadas. Não foram abordadas questões referentes ao acervo, embora tenham sido identificadas nos levantamentos um bom material de pesquisa. (Ver capítulo IV- quadro "Sistematização das principais reivindicações a partir dos relatórios dos Encontrões")

Destacamos as disparidades que o desconhecimento teórico desencadeia e a importância de conhecer bem o movimento social que estamos pesquisando compreendemos que há necessidade de profissionais capacitados para conduzir e/ou orientar o trabalho do MIQCB. Incluí nessa compreensão uma proposta de sistematização e ou de recuperação das informações que unifique os dados constantes nos principais documentos da instituição, com vistas à melhoria da preservação do material.

Em nossas pesquisas os relatórios tornaram-se fontes importantíssimas, pois ofereceram elementos para delineamento dos processos reivindicatórios que iríamos estudar, uma vez que no projeto de pesquisa dissemos que iríamos estudar os processos reivindicatórios, porém não dissemos quais seriam esse processos.

Iniciamos com uma leitura rápida de todos os relatórios, nos quais percebemos que a relação dessas mulheres com as instituições nacionais e internacionais são importantes e que essa relação foi configurando um campo de luta mais específico através, por exemplo, das campanhas pela posse da terra, na luta contra queimas e preservação das palmeiras. Contribuindo inclusive para influenciar diretamente nas questões jurídicas/políticas reivindicadas pelas mulheres, levando o debate para o plano governamental na luta pela aprovação da “Lei Babaçu Livre”.

Percebemos que com a institucionalização do movimento assinalado a partir do ano 1991, houve a necessidade de se operar com uma diferenciação interna que vem acompanhada de um grupo técnico-administrativo formado por profissionais e pesquisadores de diversas áreas (antropólogos, economistas, geógrafos, advogados, pedagogos, cientistas sociais, contadores, administradores, enfim, intelectuais com junto com as quebradeiras de coco babaçu veem se capacitando, pensando, planejando, orientando e sistematizar ações do Movimento MIQCB).

Através desse grupo técnico-administrativo o MIQCB consegue captar recursos financeiros capazes de possibilitar o leque de atuação e reivindicação dessas mulheres nos quatros Estados (MA, TO, PI, PA).

2.4 O trabalho de pesquisa “as entrevistas”

No decorrer das atividades do mestrado começamos apresentando artigos para as disciplinas com questionamentos ligados ao nosso objeto, mas sentíamos necessidade de dialogar com as quebradeiras de coco sobre nossos questionamentos, precisávamos saber o que essas lideranças consideravam importante, que materiais elas possuíam em seus arquivos pessoais que pudessem nos fornecer elementos para continuar nossa pesquisa, quais processos de reivindicações a quebradeiras de coco consideravam importante para luta, enfim, ouvi-las.

Em outubro de 2011 contatamos a secretaria do MIQCB em São Luís-MA, buscando informações de “liderança” conhecida nossa. Apesar de nossa ligação com as *quebradeiras de coco babaçu*, passamos dois dias tentando localizar possíveis informantes na área lócus da pesquisa. Ao mesmo tempo em que tentamos contato, fizemos um mapeamento dos locais possíveis de serem visitados e das principais lideranças que estavam desde o início na luta pela criação do MIQCB.

Contatamos pesquisadores, assessores ligados ao MIQCB e a jovem Graciléia,- filha da *quebradeira de coco* Antônia Vieira Brito nossa entrevistada- que estava participando de um curso promovido pela FETAEMA em São Luís. Através da Graciléia conseguimos o telefone da dona Antônia (mãe) e Sebastiana (moça), ambas da Regional do Mearim. Outro contato foi feito com ASSEMA onde conseguir informações sobre dona Moça e também com Francinete ex-assessora da Regional Mearim e colega de curso Sociologia das Interpretações do Maranhão que nos forneceu informações sobre lideranças no Município de Capinzal do Norte.

2.4.1 O momento das entrevistas

O momento das entrevistas é um daqueles momentos melindrosos em que nos deparamos com nossos medos de ser ou não aceita ou entendida, e ao mesmo tempo precisamos transmitir para a entrevistada a confiança de quem estar na busca por uma “verdade”, que às vezes é só nossa, mas, de outras pessoas. Estamos em busca de “historia de vidas” através de entrevista “semi estruturada” contrastando com algumas “abertas”, dentro de uma perspectiva na qual buscamos a construção do nosso trabalho. Fizemos um planejamento prévio e escolhemos para entrevistar mulheres que estão no MIQCB desde o início, da sua constituição.

Aqui vale lembrar que, conforme BOURDIEU (1998), as entrevistas possuem um caráter impositivo já que são questões de interesse, pelo menos inicialmente, dos pesquisadores. “Perguntávamos em que medida estávamos, também, exercitando essa “autoridade” e em função disso tivemos muito cuidado em não tomar muito tempo das quebradeiras de coco entrevistadas, em virtudes das mesmas estarem em atividades cotidianas”.

Foto 1 - Maria Alaides e pesquisadora



Fonte: Autoria própria.

Fizemos nossa programação de deslocamento para a Região do Mearim ainda em outubro de 2011. Mas, em diálogo por telefone, descobrimos que nossa entrevistada, dona Antonia Vieira Brito, iria à São José de Ribamar para o casamento do filho. Explicamos por telefone sobre a pesquisa, trocamos idéias e marcamos a nossa entrevista para o dia seguinte ao casamento do seu filho.

Fomos encontrar dona Antônia na Rodoviária em sua bagagem de mão trouxe diversos materiais como relatórios, folders, resultados de avaliação do MIQCB e fotografias, esse material nos foi entregue e nesse momento fizemos uma triagem do que iríamos ou não utilizar em nosso trabalho.

Foto 2 - Sebastiana moça (camiseta branca), Graciléia (blusa amarela) e pesquisadora.



Fonte: Autoria própria.

Durante o trabalho de campo, (idas e vindas) ficamos hospedadas na Comunidade Centrinho do Acrísio na casa de Dona Antonia Brito, uma das lideranças do MIQCB, mora com o esposo, chamado carinhosamente pela família de “Preto”, com a Graciléia (Liderança Jovem), o filho caçula que faz graduação- cursa no período em períodos intercalados as atividades da “roça”- Educação do Campo na capital São Luís (curso superior ofertado pela Universidade Federal do Maranhão em parceria com os Movimentos Sociais (MIQCB, ASSEMA, AMTR e outros) e mais dois netos). Nesse período a família estava dormindo no barracão da casa de fazer

farinha - o barracão é coberto de palha de babaçu e algumas paredes de barro entrançadas por talos da palmeira de babaçu. Nesse período fomos para Ludovico onde fizemos outras entrevistas.

Percebemos que a família além da atividade com o coco babaçu, também cria animais de pequeno porte (galinhas, porcos, patos), e que “entremeia” com atividades ligada a agricultura familiar.

Foto 3 - Antonia Vieira Brito deitada na rede e pesquisadora.



Fonte: Autoria própria.

2.5 Localidades das entrevistadas (Centrinho do Acrísio, Ludovico, Capinzal do Norte

A descrição das localidades do nosso trabalho de campo nos fez pensar quanta necessidade existe de um projeto de país e de Estado que busque melhorar a vida de mulheres e homens de maneira mais igualitária e inclusiva, um projeto onde o modo de vida e a cultura de cada lugar sejam respeitados, sem, no entanto deixar de ter a garantia, que as políticas públicas, sejam executadas com qualidade.

Foto 4 - Estrada de acesso ao povoado Centrinho do Acrísio-Município Lago do Junco



Fonte: Autoria própria.

Para chegarmos até as localidades Centrinho do Acrísio e Ludovico fizemos o percurso de carro onde parte da estrada é de asfalto e outra parte da estrada é de terra sem asfalto. Essas áreas ao longo dos anos foram um cenário de lutas e conflitos, algumas foram adquiridas no processo de luta iniciados pelas *quebradeiras de coco babaçu*, que lutaram pela liberação dos babaçuais, privados pelos fazendeiros na década de 80 a 90 no momento de implantação dos pastos destinados à Pecuária extensiva. Conforme nos apresenta Mesquita:

[...] projetos financiados pela SUDAM e SUDENE, foram em sua quase totalidade de (95%) direcionados à pecuária de corte, que reconhecidamente é, poupadora de mão-de-obra e expropriadora de pequenos produtores...essa política desastrosa do Estado, segue com devastação de milhares de hectares de floresta e a derrubada de milhões de palmeiras de babaçu e a geração de inúmeros conflitos agrários no Maranhão...a pecuarização de áreas que tinham uma tradição a produção de babaçu e alimentos deslocou/expulsou um contingente importante de pequenos produtores e impediu-lhes o acesso à terra e, portanto, ao babaçu. Isso ocorreu em diversas áreas desde a região dos cocais até a Baixada. Embora em várias dessas áreas surjam Movimentos de pequenos produtores, contestando o cercamento das áreas de livre acesso aos babaçuais e/ou

devastação indiscriminada para implantar pastos, poucos conseguem sucesso, evidenciando assim o descaso do poder público para com este segmento social. Alguns movimentos com dificuldades conseguiram conquistar seus direitos frente ao grande capital, e o caso das quebradeiras da região do Mearim. (MESQUITA, 1996, p. 61-76).

A citação acima é pequena para descrever ou diante dos desastres das políticas de desenvolvimento implantadas pelo Estado, de cima para baixo. E aos debaixo restou partir para o conflito através do “empate”, e das mobilizações. Para romper com o modelo acima implantado a luta das *quebradeiras de coco babaçu* permanece até o momento atual.

Foto 5 - Estrada que liga Centrinho do Acrísio a Ludovico mostra palmeiras que foram derrubadas e estavam sendo queimadas.



Fonte: Autoria própria.

Conforme aponta o IBGE essas comunidades pertencem geograficamente ao Município de Lago do Junco, na Região apontada como Médio Mearim. No MIQCB é organizada pelo nome Regional Mearim. Conforme os dados do VI encontram-se, doze municípios e vinte e cinco Comunidades (vide quadro da página), aonde a situação fundiária local vai se dividindo entre assentadas, posseiras, sem-terra até proprietárias, porém a situação do coco continua sendo “coco preso”.

No percurso que fizemos até os povoados de Centrinho do Acrísio, Ludovico e depois até a cidade de Capinzal do Norte, percebemos que onde havia estrada de asfalto, frente a casas de comercio, diversos “montes de coco” empilhados conforme fotografia abaixo, esses serão vendido para indústrias na Região e para outras localidades. Acreditamos que um pesquisador interessado nos estudos de “Rede” (comerciantes, atravessadores) poderia se debruçar sobre esse questionamento, buscando perceber a relação que existe desse local, com o global, quando nos referimos às indústrias locais e outras estadual e até nacional.

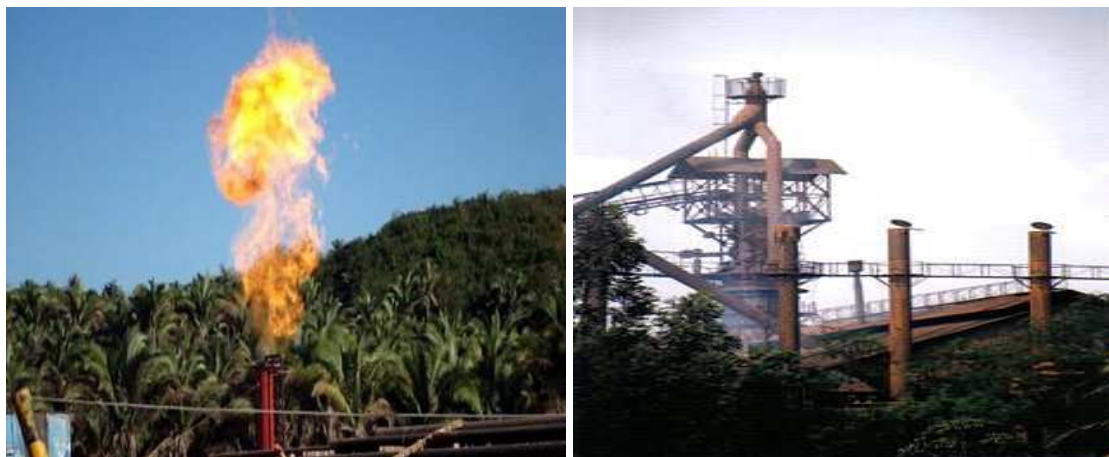
Foto 6 - Montes feitos de coco babaçu, provavelmente será vendido para fabrica de ferro gusa.



Fonte: Autoria própria.

As quebradeiras de coco citam hoje a Cosima e a Pacifico da Paula como sendo antagonistas no processo de luta, pelo acesso ao coco babaçu essa indutrias compram o coco inteiro. (ANEXO B)

Foto 7 e 8 – Indústrias de ferro gusa.



Fotos: Campos (2006).

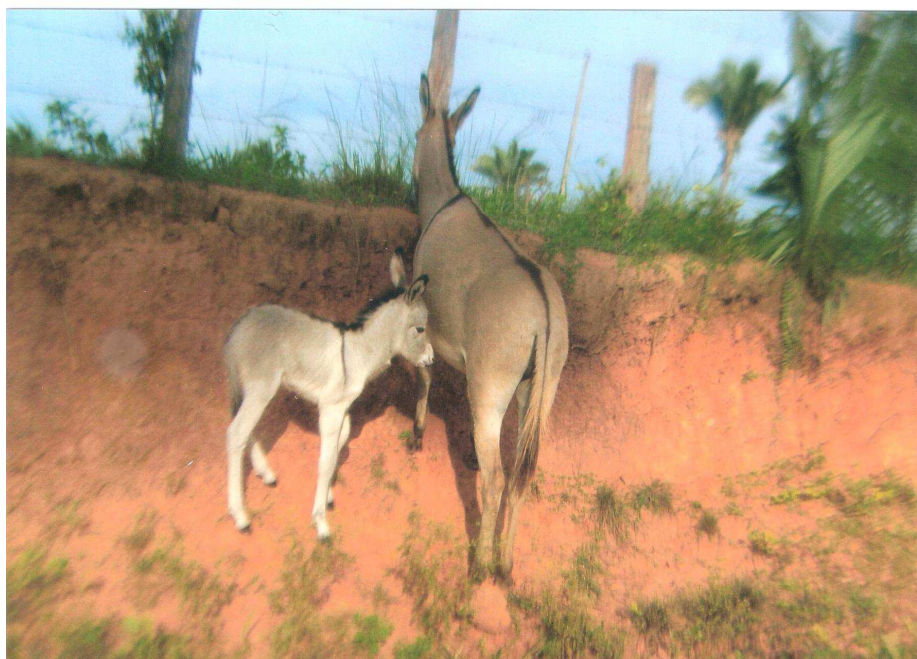
No município de Capinzal do Norte visitamos a Associação das quebradeiras de coco- AMUQUEC, falamos com algumas socias, e percebemos que havia da parte dessas mulheres uma preocupação com a questão da descoberta do Gás Natural. Obtivemos informações sobre um fazendeiro que só permite as quebradeiras de coco babaçu adentrar o babaçual da fazenda com uma carteirinha feita pelo administrador da fazenda. De acordo com as informações a quantidade de carteirinhas não dá conta da necessidade local, ou seja, há mais quebradeiras de coco, do que carteirinha, ficando boa parte das extrativistas fora da coleta e quebra do babaçu. Em 2010 a OGX descobriu o gás em Capinzal do Norte e de lá para cá, esta no Município fazendo escavações, esse processo tem feito mudanças no lugar que precisam ser melhor estudado.

2.6 O trabalho da quebra de coco babaçu

Estamos falando de mulheres sobrecarregadas de atividades, que conciliam o trabalho com a coleta, quebra e afazeres domésticos, com o trabalho na roça¹², o cuidado com os filhos e marido e a fabricação caseira do azeite, do sabão, do mesocarpo e do carvão para uso doméstico, que juntamente com a falta de água encanada, luz elétrica e a distância dos lugares de coleta do coco fazem a rotina dessas agentes sociais.

¹² Local de plantio, com extensão variada, é previamente queimada para receber as culturas desejadas. (BERGAMASCHI, 1998).

Foto 9 – Animais (jumentos) na beira da estrada, esses animais são utilizados para transporte de babaçu e pessoas



Fonte: Autoria própria.

Algumas vezes a atividades de extração da amendoa do babaçu é feita debaixo da palmeiras, dentro do babaçual, outra vezes essas extrativista levam para casas ou em cofos(feitos da palha do babaçu ou em lombo de animais a exemplo do esposto na fotografia acima.

A atividade cotidiana com o coco babaçu, chamado de “quebra do coco”, implica na coleta, na quebra e na extração da amêndoa do fruto da palmeira de babaçu até a sua venda, fazendo com que as extrativistas possuam jornada dupla ou até tripla de trabalho. Na coleta há uma variação no tempo gasto para a realização em função da distância da caminhada em busca de cocos caídos no chão, do tamanho dos babaçuais, dos obstáculos a serem enfrentados como cerca de arame farpado, porteiros trancadas, vigilância nas fazendas, da presença de animais arredios, entre outros.

Essa tarefa de "quebra" pode variar de acordo com a estação do ano (verão ou inverno). Segundo uma de nossas entrevistadas, Sebastiana, tem babaçu o ano todo, sempre a “mãe palmeira dá fruto, em média quatro cachos, e vão amadurecendo aos poucos”, e a coleta é feita conforme os recursos disponíveis (animal de carga, terra acessível, morar em reserva, ter ajuda da família).

A quebra do coco em si é um trabalho duro. O babaçu possui uma casca bastante resistente e os instrumentos utilizados para extração da amêndoa, um machado e um porrete, ainda são muito rústicos, mas, as mulheres consideram importante na manutenção da atividade de extração e manutenção.

Foto 10 – Quebradeiras de coco na extração do babaçu



Fonte: Google (2012).

Foto 11 - O entardecer nos babaçuais



Fonte: Autoria própria.

3 UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Neste capítulo apresentamos uma visão geral sobre o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco remetendo o leitor para o contexto histórico, político e econômico de criação juntamente com a atuação deste movimento, assim como para as estratégias de mobilização e formas de organização adotadas pelo mesmo no desenrolar das atividades de sua construção até hoje.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu aparece no cenário político em um contexto mais amplo de emergência dos novos movimentos sociais¹³, em que temas relativos à autodefinição, reconhecimento da identidade, etnia, dentre outros, surgem como reivindicações específicas.

Entre as décadas de 70 e 90, do século XX, o modo de produção capitalista vivencia um período de crise, denominado pelo historiador inglês Eric Hobsbawn (1995) como “década de crise”. Nesse período, problemas que pareciam ter sido resolvidos nas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial, como a “pobreza”, o “desemprego”, a “violência” e a “concentração de recursos”, reaparecem para revelar a desigualdade econômica inerente a esse modo de produção.

A modernização tecnológica que deveria ter sido utilizada em benefício dos trabalhadores, na realidade serviu para descartar a mão-de-obra e conseqüentemente, milhares de pessoas ficaram desempregadas.

Nesse contexto, instituem os novos movimentos sociais expressando a sociedade civil com reivindicações específicas, ou seja, por novas formas de organização e representação. Nesse universo ecoa vozes antes silenciadas podemos citar os movimentos feminista, ecológico, indígena, negro e quilombola, entre outros na América Latina e no Brasil.

¹³ No campo prático, outros tipos de movimento sociais, tais como ecológicos e outros que em estudos de Leff (2001) são apontados enquanto Movimentos que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e a transformação do sistema econômico dominante. Esses novos movimentos sociais no meio rural desafiam a hegemonia das forças políticas e econômicas, dos processos de decisão e governabilidade.

Em geral os objetivos desses movimentos ligam-se à satisfação das necessidades humanas fundamentais, indispensáveis para se viver com dignidade, como o direito à educação, saúde, moradia, ao lazer e à valorização das culturas locais, entre outras lutas específicas, tidas por alguns movimentos como questões secundárias e não finalidades.

No tocante ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, este possui diferentes formas de atuação e ação que ultrapassam a satisfação de necessidades materiais ou individuais, estabelecendo novos critérios para definição de direitos dos grupos sociais e impondo a discussão da opressão material e simbólica para solidificar o espaço da autonomia, da identidade e da participação direta como indispensáveis à transformação da realidade.

Nas áreas de existência dos babaçuais as mulheres que desenvolviam a atividade extrativa de coleta e quebra do coco babaçu organizavam-se em torno de entidades como sindicatos, associações de trabalhadores rurais e cooperativas, formas organizativas nas quais as mulheres não tinham oportunidade para pautar demandas mais específicas relacionadas ao universo das quebradeiras de coco, a exemplo da questão de gênero.

Os depoimentos das lideranças do MIQCB ilustram a inquietação das quebradeiras de coco na época com a falta de espaço político:

[...] Nas cooperativas não tivemos sorte de enquanto mulher ser as diretoras, porque ainda tem aquela eu não posso porque não posso sair de casa tenho o que fazer em casa. Na administração da prensa a 1ª situação analfabetismo e também grudada em casa aí tornamos a deixar esse espaço para ser administrado pelos homens. (SOUSA, 2012).

[...] Começamos a trabalhar a formação e conscientização das mulheres porque antes as mulheres não sabia os direitos que tinham, o marido não entendia que a mulher devia tá na luta, os direitos que elas tinham; aí começamos a trabalhar a questão de gênero, quando fazemos os cursos chamamos metade homens e mulheres porque só chamar a mulheres não resolvia, não se consegue as coisas sozinhas. (MOVIMENTO INTERESTADUAL DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, 1991, p. 6-7)

Com o entendimento daquela atividade que era realizada, em sua maioria, por mulheres, e que por isso, possuíam problemas na coleta do coco, produção e comercialização da amêndoa e do azeite, elas foram criando espaços que contribuíram para a especificação e autonomia da atividade extrativista, por

meio de grupos de estudo, reuniões na comunidade, discussões nos sindicatos, diálogos com parceiros ou entidades que pudessem somar forças na luta.

A criação do MIQCB tem suas raízes, portanto, a partir da construção de grupos de estudos das quebradeiras de coco babaçu, nos quais elas foram percebendo diversas dificuldades vivenciadas por outras mulheres em outros estados. Essas reuniões levam a ações pelo “Livre Acesso” às áreas de babaçu, lutas contra a devastação e preservação dos babaçuais, como um modo de agrupar e organizar, que abrange mais as trabalhadoras extrativistas. O depoimento de Antônia Brito, também nos remete às primeiras iniciativas e temas que motivaram as quebradeiras de coco a criarem o MIQCB:

Em 1990 iniciamos com a discussão no Grupo de Estudo das Quebradeiras, formados por quatro municípios e representantes vindas de povoados diferentes, sendo de São Luís Gonzaga, Cecília de Três Setúbal e Dijé de Olho D água dos Grilos; Lago do Junco, Rosalina de Ludovico, Maria de Fátima e Antonia Brito de Centrinho do Acrísio; Lago dos Rodrigues, Maria Anísio; Esperanti nópoles, Dona Cristina e Aparecida da comunidade de Centro do Coroatá; Filomena de Palmeiral; Lima Campos, Maria Adelina, Mariana e Adelaide de São José dos Mouras. A partir dessas reuniões e encontro as mulheres, começaram a discutir a importância de seu trabalho na família, ou melhor, a sua contribuição nas compras com o dinheiro do coco que quebram. Assim como, a importância de seu trabalho e de garantir as palmeiras em pé, dessa forma iriam lutar para impedir as derrubadas dos babaçuais.” (MIQCB, 1991, p. 19-20).

Em 1990, mulheres das regiões Norte e Nordeste tomam medidas de articulação política, ampliando a capacidade mobilizatória, até então localizada em poucos grupos. O depoimento de Sebastiana revela as motivações que ensejaram a organização do movimento:

O movimento inicia nos anos noventa, por uma necessidade de buscar melhoria e avanços para vida das pessoas que viviam do babaçu ...outros Estados viviam o mesmo problema MA, PI, TO, PA, mas ele nasce e vem das discussões de base nos municípios, da vem da realidade local [...] (COSTA, 2012)

O fato histórico que formaliza a construção do MIQCB é o “Encontrão”, nome dado pelas quebradeiras de coco ao I Encontro realizado em São Luís (MA), entre os dias 24 e 26 de setembro de 1991. Este encontro reuniu 250 mulheres

quebradeiras de coco dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins¹⁴, representando um marco simbólico de duplo sentido: de um lado para o agrupamento, reconhecimento das dificuldades comuns que cada uma vivia em seus Estados e ao mesmo tempo um passo para a institucionalização do movimento de quebradeiras de coco.

No referido evento decidiu-se pela constituição do MIQCB, o qual nasce da luta dessas mulheres em diversas frentes, a exemplo da luta por paz e justiça no campo, pela defesa dos palmeirais e do meio ambiente, assim como pelo reforço à identidade e igualdade de direitos. Não perdendo seu objetivo principal de organizar e dar voz às mulheres que sustentam as famílias através da utilização racional do coco babaçu e do meio ambiente.

Outro tópico dessa discussão é o da necessidade de uma política governamental que venha garantir os preços da amêndoa e óleo de babaçu, quando os preços destes produtos estavam em baixa, decorrência da importação do óleo da Malásia que foi uma das temáticas que compôs uma primeira agenda de mobilização das quebradeiras de coco.

3.1 As estratégias de organização e mobilização

Depois da organização das quebradeiras de coco babaçu em uma instância de representação, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, se torna o instrumento institucionalizado de representação nos mais diversos espaços de luta política institucionalizada, tanto local quanto global, a exemplo da articulação com o GTA - Grupo de Trabalho Amazônico que, por sua vez, possui representação junto ao PPG - Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais e diversos ministérios. O MIQCB torna-se, portanto, a voz das quebradeiras em reuniões com governadores, ministros, prefeitos e secretários de estado. A esse respeito Almeida (1995, p. 19) nos diz:

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu que reforça o advento da nova identidade política. Ao se

¹⁴ Este encontro foi promovido pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (MA), Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Associação da Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, Centro de Educação Popular Esperantinense (PI), Comissão Pastoral da Terra(TO) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins.

autodenominarem como quebradeiras e serem assim reconhecidas pelos aparelhos de poder, elas emprestam significado político a uma categoria historicamente de uso cotidiano.

Podemos perceber na citação acima que as quebradeiras de coco babaçu ao começarem a se mobilizar e ser articular com outros espaços de luta percebem-se sendo reconhecidas e se anteriormente eram conhecida apenas pela atividade econômica de quebra e venda do babaçu, a partir de então passam a serem definidas com outro olhar.

Em relação ao Poder Legislativo, o MIQCB adotou a estratégia de lançar suas lideranças como candidatas¹⁵ a ocupar uma vaga nas câmaras de vereadores, projeto este bem sucedido em alguns municípios; além disso, essas lideranças eleitas articularam a apresentação e aprovação de projetos de Lei que regulamentavam o “Livre Acesso” aos babaçuais.

Ainda relacionado ao Movimento, as mulheres se preocupavam com a sua visibilidade ou ampliação da área de atuação. O fortalecimento institucional do MIQCB passou a ser uma preocupação das mulheres quebradeiras de coco, que buscaram a aprovação de projetos junto a organismos de financiamentos nacionais e internacionais, estruturando física e administrativamente o MIQCB.

Em seu depoimento, a quebradeira de coco *Dior*, liderança do município de Lago do Junco, apontou diversas conquistas obtidas pelas mulheres quebradeiras de coco após a criação do MIQCB, destacando aquelas relacionadas à questão de gênero, educação e às condições de trabalho:

[...] através da organização...percebemos que a gente também vivia nesse país... conquistamos credibilidade, para nós mesmas, acreditando na gente, e desenvolvendo, denunciando mais..o número de denúncias cresceu muito, crescemos em conhecimento, avançamos com aprovação das leis "babaçu livre", com a educação, criação do Pronera, Escola família agrícola, na própria relação dentro de casa." (DIOR, 2012).

¹⁵ No relatório do V Encontro: Maria da Consolação - São Miguel Tocantins; Maria Alaídes em Ludovico/ Lago do Junco, Regional Mearim/MA; Maria Nice Machado Aires na – Penalva, Regional de Baixada/MA (MIQBC, 2004).

No tocante às questões de gênero, hoje as mulheres estariam mais *empoderadas*¹⁶ para dialogarem e discutirem com os seus maridos e seus filhos sobre a situação da mulher e do homem tanto dentro de casa quanto na vida social.

Em relação ao acesso à educação, pode-se dizer que a partir do MIQCB, a situação educacional das comunidades tornou-se um dos principais pontos de pauta, com isso começou-se a implementar programas e ações educativas nas comunidades tais como: Pronera¹⁷, Escolas Família Agrícola¹⁸, Vínculo Solidário¹⁹, Procampo (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo), dentre outros.

A partir das mobilizações do MIQCB a chamada “Lei babaçu livre” foi aprovada em diversos municípios, o próprio acesso aos babaçuais²⁰ em alguns lugares começou a ser facilitado, além de conquistas relacionadas aos preços do babaçu e mesmo os instrumentos de trabalho das mulheres nas fábricas e cooperativas, com a ressalva de que os avanços ainda não são *o ideal* porque o Estado ainda não tem o babaçu como rentável para o “mercado”, e também porque

¹⁶ Diversos estudos mostram que o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 70, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena. No nosso entendimento, empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de suas próprias vidas, de seu destino, tomam consciência das suas habilidades e da sua cultura para produzir, criar e gerir suas vidas. No caso das quebradeiras, o empoderamento das mulheres representa um rompimento com as relações unilaterais dentro da família, significa uma mudança na dominação dos homens sobre as mulheres, garantindo a essa autonomia no que se refere ao corpo, sexualidade, do seu direito de ir e vir nas áreas de babaçu, de tomar decisões juntas na família e fora dela, ou seja, rompendo com um modo de agir e construindo um novo, mais coletivo e compartilhado.

¹⁷ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PRONERA. Projeto de Formação de Educadores e Educadoras na Reforma Agrária no estado do Maranhão PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA

¹⁸ A ação faz parte de um projeto relacionado ao MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na Região dos Cocais. O objetivo desta capacitação é informar os estudantes sobre o trabalho a ser realizado. A capacitação é dividida em 4 etapas: 1) Debate em Sala. 2) Redação. 3) Simulação de cadastro e 4) Entrevista. Ao final do dia, 13 estudantes serão selecionados para fazer uma pesquisa nas comunidades com as quebradeiras de coco. Segundo Rosinha (GTZ), este trabalho visa também dar oportunidade dos estudantes estarem se profissionalizando. Cada estudante ainda receberá material de identificação (camiseta) e uma ajuda de custo para facilitar os trabalhos. Na ocasião, a quebradeira de coco Francisca (mãe de uma aluna da EFA), falou aos estudantes sobre o MIQCB. (ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA, 2010).

¹⁹ Trabalho com educação infantil financiado pela AcnionAid Brasil.

²⁰ As quebradeiras enfrentam dificuldades para adquirir o coco porque a maioria dos babaçuais encontra-se em áreas privadas. São inúmeros os impedimentos de acesso aos babaçuais como a quebra da alça do jacar, *quebra de meia*, venda por vale, o cerceamento e o agronegócio.

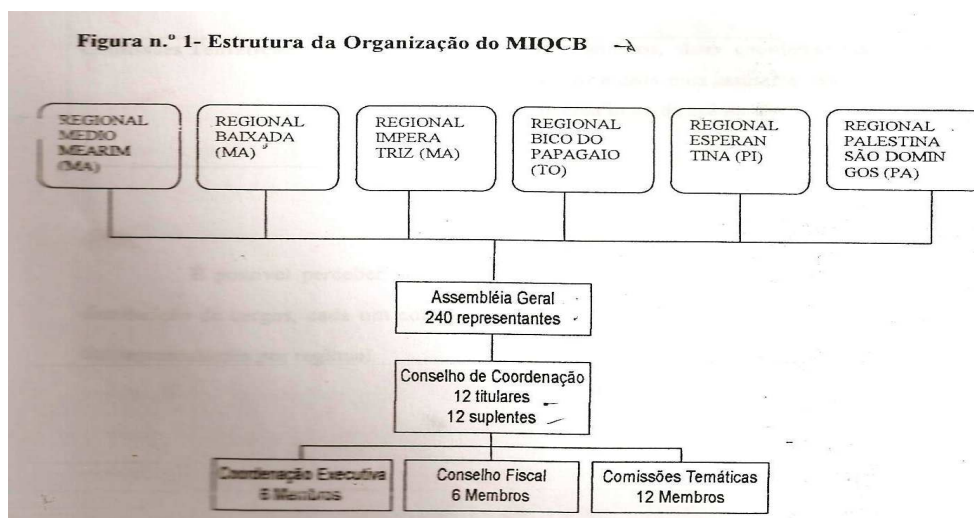
essas melhorias que já foram conquistadas não alcançaram todas as comunidades de extrativistas do babaçu.

3.2 A dimensão organizativa

A área de ocorrência dos babaçuais, onde vivem aproximadamente 300 mil mulheres quebradeiras de coco, compreende a chamada “Amazônia Oriental”, que é caracterizada pelo o que os geógrafos chamam de “floresta de transição”, com uma cobertura em torno de dezoito mil hectares em quatro estados: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. É um território com sérios problemas que incluem desde degradação ambiental até conflitos ambientais decorrentes dos enfrentamentos pelo acesso à terra e aos recursos naturais, sendo lócus de projetos locais e regionais que utilizam o discurso do desenvolvimento econômico, mas que não respeitam as especificidades das populações que habitam esses lugares.

Nesta área, o MIQCB articulou seis regiões: Médio Mearim (MA), Baixada (MA), Imperatriz e municípios vizinhos (MA); Bico do Papagaio (TO), Palestina (PA) e Esperantina (PI). Cada regional prioriza as temáticas e formas de atuação e mobilização que lhe parecem adequadas ao seu contexto de luta. São nos espaços das regionais que o movimento alcança um maior número de mulheres e tornam visíveis as suas lutas políticas.

A figura a seguir ilustra a estrutura organizativa do MIQCB:



Fonte: Barros (2005).

Essa divisão acima não segue uma ordem geográfica oficial, como o modelo utilizado pelo IBGE. A definição de regional segue uma lógica que vai além do território geográfico e que perpassa uma idéia de território político do babaçu, que remete à articulação interestadual e internacional e, ao mesmo tempo, ao reconhecimento do modo como as próprias quebradeiras de coco veem as suas áreas de atuação.

3.3 Território da Quebradeira “é onde a vista olhar e as pernas alcançar”: o território político do babaçu

O que é chamado de “território político do babaçu” compreende articulações e mobilizações das quebradeiras de coco nas comunidades, e em diferentes “unidades de mobilização” como associações e grupos de mulheres que funcionam em rede. Na regional do Mearim há cantinas que são espaços de compra e venda do babaçu, em outras comunidades há cooperativas e fábricas, esses lugares livram as mulheres dos atravessadores e constroem uma rede de relações sociais que contribui com afirmação dessas mulheres.

Da articulação local passam para articulações intermunicipais através de cooperativas, sendo que na mesma regional do Mearim há o COOPALJ - Cooperativa de Pequenos Produtores de Lago do Junco, COOPAES- Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de São Luís Gonzaga, AMTR -Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais, congregando assim um movimento para melhoria da vida dessas mulheres. As quebradeiras de coco também levam seus produtos para serem vendidos em “feiras”- por exemplo feira de economia solidaria-, possibilitando interações sociais e maior visibilidade, tentando assim “romper” com o circuito fechado ou “cristalizado” de mercado segmentado.

O depoimento de “Moça” ilustra a concepção de território adotada pelas quebradeiras de coco articuladas no MIQCB:

Onde eu pertença? Até onde nós quebradeiras podemos ir? [...] território da quebradeira é onde a vista olhar e as pernas pode alcançar! Aí! as iniciativas começam a ser feitas: elegemos vereadoras, presidentes de Sindicatos, Coordenadoras de cooperativas. Vamos para as discussões com empresas que tentam se instalar na Regional e assim fazem orientação para todos os lugares onde o MIQCB tem atuação. (COSTA, 2012).

Com o MIQCB, a categoria território adquire uma conotação diferenciada suscitada por Almeida (1995), pois ganha um novo significado com referência às suas especificidades que acompanham a definição dessa categoria ou como afirma o autor “territorialidade específica”:

[...] as denominadas quebradeiras de coco babaçu instituem desse modo uma nova territorialidade por oposição à região, delimitada pela força dos decretos governamentais ou pelo arbitrário dos critérios oficiais de zoneamento ecológico e econômico (MIC: 1981). Seu território apresenta-se como geograficamente descontínuo, mas demonstra uma unicidade conferida pelo repertório de práticas das extrativistas ou próprio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que reforça o advento da nova identidade política [...] (ALMEIDA, 1995, p. 19)

Assim, não é o quadro físico e natural a única referência para a definição das quebradeiras de coco babaçu. Elas não estão presas ao quadro natural, muito pelo contrário, são as relações sociais que levam à afirmação de uma nova condição social. A organização transcende às fronteiras fixas, relativizando a região como um espaço meramente geográfico.

O conceito de quebradeira extrapola o universo dessas mulheres, seguem redes de relações, segue um movimento maior que chega ao exterior com grupos que possuem lutas comuns.

Existe uma ligação estreita dessas mulheres com os cipozeiros da Amazônia; as mulheres castanheiras da Bolívia, Brasil e Peru. O estabelecimento de articulações busca mudanças nas políticas públicas voltadas para os grupos que, ao mesmo tempo, lutam pela preservação do ambiente, levando-os a questionar o modelo de desenvolvimento existente que diz ser a desigualdade natural, porém o que esses grupos dizem é que a desigualdade é construída social e culturalmente pelo próprio homem, é uma maneira do homem dominar o seu semelhante e não de viverem como iguais.

Para Almeida (2008) a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua formam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e

inalienável. De maneira genérica, estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas que são entendidas como “terra de uso comum”²¹.

A afirmação do território político do babaçu ocorre por articulações e mobilizações dessas mulheres na comunidade, em diferentes unidades de mobilização que funcionam em rede (ALMEIDA, p. 1995).

Em outras palavras cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais.

A territorialidade específica pode ser entendida como resultante dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de forças em cada situação social. Distingue-se neste sentido tanto da noção de “terra”, estrito senso, quanto daquela de “território”, e sua emergência atém-se à expressões que manifestam elementos de territorialização. (ALMEIDA, 2008).

Como se depreende a categoria território é (re)significada no âmbito do MIQCB para referir-se ao político e jurídico, ou seja, o território político de atuação pelo reconhecimento e respeito aos seus direitos.

Então, a nosso ver, o território das *quebradeiras de coco babaçu* é um espaço *contestado social*, econômica e politicamente, em face de disputa entre os grandes proprietários e essas mulheres. O território não possui o mesmo sentido ou significado para as quebradeiras de coco babaçu e para o agronegócio, pois para o mercado o território é espaço para exploração e acúmulo do capital.

Para essas mulheres o território também é motivo de uso, porém racional, visando a manutenção de suas vidas e seus familiares, não buscando apenas o lucro pelo lucro.

²¹ [...] remete às regras de um direito camponês que prescrevem métodos de cultivo em extensões que podem ser utilizadas consoantes a vontade de cada grupo familiar, sem exigência de áreas contíguas e permanentes ou de ter o conjunto de suas atividades produtivas confinadas numa parcela determinada. Não há contigüidade entre as áreas de cultivo de um mesmo grupo familiar. Os seus roçados distribuem-se segundo uma certa dispersão, pelas várias áreas destinadas, consensualmente, aos cultivos. Não se registra também contigüidade entre estas áreas e aquelas onde se localizam os demais recursos apropriados. Delineiam-se ainda, intercaladas entre as áreas de cultivo apropriadas individualmente pelos grupos familiares, domínios de uso comum, que não pertencem a nenhuma família em particular e que são considerados vitais para a sobrevivência do conjunto das unidades familiares." (ALMEIDA, 2008, p. 162).

Haerbaert (2011, p. 92-93) nos diz que se a economia cria uma sensação de fluidez:

[...] a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo *mesoespaços*(regiões) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades historicosociais e geográficas.” Grifo nosso: essa fluidez que desfaz, que dissolve em alguns momentos em outros as: “dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem, se organizarem visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural e política como recurso último no refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

No entendimento de Haesbaert (2011), cada grupo cultural e cada período histórico constroem sua própria forma de “vivenciar” integralmente o espaço. "O que os une é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma àquilo que denominamos 'aglomerados humanos de exclusão'". A situação das quebradeiras de coco insere-se num contexto em que o “modelo econômico” vem massacrando o território e o modo de vida dessas mulheres.

3.4 As lutas das regionais

Como poderei viver (bis)
De leste, oeste, sul
Sem o nosso babaçu
Companheira organizada
Vamos ganhar a parada
Lutando pelas palmeiras
E não deixar a derrubadas

Musica: Como poderei viver.
(MIQCB, 1991)
(ANEXO C)

Apesar dos problemas diferenciados, vivenciados em cada uma das denominadas regionais, há bandeiras de lutas em comum, como a luta pelo livre acesso aos babaçuais e a educação. Na regional da Baixada, por exemplo, há uma luta constante contra a pecuária bubalina. Na regional do Mearim as mulheres têm que enfrentar as pastagens que os grandes fazendeiros fazem para os seus gados e as fábricas que queimam por inteiro o coco; na regional de Imperatriz há uma constante luta contra a soja e as carvoarias. As quebradeiras dia após dia, ano após

ano lutam contra a concentração de terra, o agronegócio e uma visão homogeneizante da economia.

No quadro a seguir, elaborado a partir dos relatórios dos encontros, destacamos as lutas das quebradeiras em cada regional.

Quadro 1: Regionais/Municípios/Produtos e Lutas do MIQCB.

Regionais	Municípios	Produtos	Lutas
Mearim/MA	- São Luis Gonzaga - Esperantinópolis - Lago da Pedra - Lago do Junco - Timbiras - Trizidela do Vale - Bernardo do Mearim	Sabonete, mesocarpo, Sabão, óleo, artesanato, carvão	- Realizam denúncias contra derrubadas e queima de palmeiras; - Apoiar iniciativas de produção e beneficiamento do babaçu e dos produtos da agricultura familiar - Luta pela Lei babaçu Livre - Luta contra a queima do coco inteiro pela COSIMA - Campanhas por uma política de Lei Babaçu livre - Luta contra a plantação de capim branquiara e envenenamento de palmeiras
Baixada/MA	- Penalva - Cajari - Monção - Matinha - Viana - Olinda Nova	Óleo, mesocarpo, sabão, carvão	- Infra-estrutura da sede regional - Longa distancias entre os povoados - Luta pelo livre acesso aos babaçuais/LEI BABAÇU LIVRE - Luta contra o avanço da pecuária; - Luta contra subordinação das quebradeiras aos fazendeiros e comerciantes - Luta contra devastação das palmeiras de babaçu - Luta contra a presença de búfalos nos campos
Imperatriz/MA	- Amarante - Davinópolis	Artesanato, sabão, óleo e	- Divulgação do MIQCB - Divulgação dos

	• Cidelândia • Imperatriz	carvão	produtos • Luta pela aprovação da Lei Babaçu Livre • Problema com a quebra do coco de meia • Luta contra privatização da terra pela siderurgia de Açailândia • Luta pela legalização da Reserva Extrativista (Ciriaco e Mata Grande) • Luta contra a soja
Bico do Papagaio/TO	• Axixá • Sítio Novo • Buriti do Tocantins • Araguatins • São Miguel do Tocantins • Esperantina • Praia Norte do Tocantins	Carvão, óleo, sabão, artesanato (colar, brinco, anel), sabonete, mesocarpo, hortaliças, galinhas	• Luta pela reserva Extremo Norte • Luta pela Lei babaçu Livre • Luta contra a compra e venda do coco inteiro • Luta contra envenenamento das pindovas • Campanha contra os grandes projetos • Luta por políticas públicas (saúde, educação, agricultura familiar, lazer) municipais voltadas para mulheres • Escolas nos povoados • Estradas • Divulgação do trabalho das quebradeiras • Denunciar a derrubada do babaçu • Luta pela capacitação
Pará/PA	• Palestina • São Domingos • Brejo Grande • São João do Araguaia	Dança do carço, óleo, sabão, carvão	• Dificuldades de comercialização • Discussão e ampliação da Lei Babaçu Livre • Discutem a criação de RESEX • Dificuldades com a queima do coco inteiro e o desmatamento • Luta contra devastação dos babaçuais
Cocais/PI	• Esperantina • Luzilândia	Óleo, sabão, mesocarpo,	• Luta pela melhoria do preço da amêndoa

	• Joca Marcques • Madeiro • São João do Arraial • Matias Olímpio • Barras	artesanato	• Faltam equipamentos para beneficiamento do babaçu • Luta contra o atravessador • Luta contra a venda do coco inteiro ou na casca • Luta contra compra de terra pelos gaúchos para plantio da soja • Dificuldades no transporte do babaçu do mato para casa • Dificuldade de acesso aos babaçuais • Luta contra o corte do coco • Luta contra queimadas
--	---	------------	---

Fonte: Própria autora.

Nesse processo de luta o MIQCB vem apoiando 26 grupos²² comunitários, até mesmo como uma maneira de sensibilizar as mulheres em suas localidades. No último Encontro realizado em 2010 discutiu-se a criação de uma cooperativa que agregasse os produtos vindos dessas regionais (ARAÚJO, 2009; 2010).

Regional da Baixada, nos municípios de Viana, Penalva, Matinha e Cajari há o incentivo para a produção de azeite de babaçu, sabonete, sabão e farinha de mesocarpo. Na regional de Imperatriz, Cidelândia, Amarante estimula-se a produção de artesanato e carvão. E na regional do Mearim criaram-se cooperativas, associação de mulheres, pequenas fábricas de sabonete, grupos de produção de artesanato e extração do azeite. No restante das regionais também existem investimento produtivos que visam à melhoria da qualidade de vida das extrativistas.

As dificuldades apontadas com relação à “exploração do carvão” que é um dos entraves que essas mulheres enfrentam, mesmo nas comunidades onde o movimento é atuante há situações onde as agentes sociais “sem terra” ficam

²² O MIQCB implementou grupos produtivos que estão extraíndo e comercializando produtos de babaçu:

12 grupos produtivos – azeite e mesocarpo (farinha de babaçu) – no Maranhão, envolvendo 215 mulheres;

6 grupos no Tocantins - azeite e mesocarpo – 46 mulheres;

6 grupos no Piauí – azeite, mesocarpo, sabão, carvão e artesanato – 70 mulheres;

5 grupos no Pará – azeite, mesocarpo, sabão, carvão e artesanato – 46 mulheres. (FRANCA, 2011, p. 1).

obrigadas a deixar metade da casca ou a casca fica toda para o dono do barracão, em última instância é vendida por um preço muito baixo.

Para acesso a terra, educação, moradia, e preservar o ambiente existem algumas comunidades, a exemplo, Centrinho do Acrísio e Ludovico onde é livre o uso do coco. Mas há outras em que o babaçu continua preso, há cidades onde os prefeitos se tornam um empecilho para essas lutas tornando algumas práticas dessas mulheres insustentáveis de se realizar.

As práticas de sujeição as quais são submetidas às quebradeiras das regionais são diversas, no município de Capinzal do Norte, o gerente da fazenda Santa Rita impede parte delas de entrarem para trabalhar no babaçual, somente as que possuem a chama “carteirinha”, uma espécie de crachá de identificação, que apenas 50 mulheres possuem, tem permissão de explorar os recursos, o restante dessas quebradeiras fica do lado de fora. Para as extrativistas esse modo de controlar a entrada no babaçual, não inclui todas as quebradeiras, ficando para as que não possuem licença apenas a ameaça de morte caso adentrem no espaço da fazenda.

Cada regional do MIQCB assume suas lutas e cria a sua própria feição, em um cenário onde as relações entre grandes projetos seus empreendimentos e a população local disputam entre si o espaço, acionando constantemente os atores locais que precisam estar atentos para a expansão dos ditos “grandes empreendimentos” que tentam se apropriar e usar o território conforme melhor lhe convém.

3.5 As quebradeiras de coco frente à mundialização do capital

O Brasil viveu, no século XX, um período de expansão capitalista que coadunou-se com o milagre econômico e posteriormente entrou em crise, fruto de um resultado histórico do desenvolvimento desse capitalismo. O núcleo industrial brasileiro foi criado com base na expansão da procura global a partir da indústria têxtil e alimentícia. Sendo assim, passou a predominar três setores dentro da economia: economia de subsistência, atividades ligadas ao comércio exterior e produtos manufaturados ligados ao mercado interno.

O significado de “desenvolvimento” chega ao Brasil carregado de contradições nas práticas e nos discursos, assim como, nos Países de terceiro Mundo, financiados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, causando desastrosas consequências sociais e ambientais.

O Maranhão tem sido cenário para vários investimentos ao longo desses anos, através dos chamados “grandes projetos de desenvolvimento”²⁴, chegando mesmo a ter uma contribuição significativa para o equilíbrio da balança comercial, porém esse equilíbrio não tem possibilitado a igualdade de distribuição de renda tão necessária para melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

Mesquita (2008) afirma que o desempenho econômico em patamar acima das médias regional e nacional, não tem sido suficiente para mudar o quadro de pobreza em que o Maranhão permanece há gerações no cenário nacional (Mesquita IMESC, 2008). Por isso, acreditamos que o desenvolvimento de uma pesquisa mais aprofunda sobre essa temática poderia levar em consideração alguns questionamentos relevantes para o desencadeamento da reflexão neste estudo: Primeiramente, de qual modelo de desenvolvimento estamos falando? Qual o sistema econômico direcionador dessas experiências? Qual o desenvolvimento e para quem?

O modo capitalista de gerir a sociedade chega até essas mulheres através do apoio e das iniciativas do Estado. Áreas primordialmente cobertas pela vegetação natural foram vistas como espaços subutilizados e passíveis de apropriação por grandes empreendimentos agroexportadores ou complexos industriais, como o de grande Carajás, e industriais a exemplo da COSIMA e Pacífico de Paula²³ e mais recente a OGX em Capinzal do Norte.

²³ O exemplo do Projeto Grande Carajás que compreende a implantação da ALCOA-ALUMAR, VALE DO RIO DOCE e, mais recentemente a Refinaria *Premium*-PETROBRÁS e o projeto de exploração do Gás natural em Capinzal do Norte-MA, além dos projetos de agronegócio e monocultura de commodities.

²⁴ As empresas siderúrgicas existentes no Maranhão, no caso COSIMA e Pacífico de Paula, situadas na região do Mearim, interferem diretamente na forma como as quebradeiras de coco babaçu se relacionam com a comunidade e com os recursos naturais. O objetivo principal dessas empresas é a compra do coco, tanto a casca quanto o coco inteiro, para a produção de carvão vegetal. Vale ressaltar que existe uma rede de agentes sociais envolvida nessa compra (caminhoneiro, fazendeiro, catadores). Fascículo 28 - Nova cartografia social da Amazônia - Mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias.

Este “modelo de desenvolvimento”²⁴ se apresenta como um elemento desestruturador da identidade, da cultura e do saber das quebradeiras de coco babaçu. A terra, que deixou de ter valor de uso passando a ter valor de troca; a desvinculação gradativa do grupo familiar das atividades culturais tradicionais herdadas de seus antepassados; o discurso contraditório governamental e não governamental sobre desenvolvimento e (in)sustentabilidade em relação às comunidades locais e suas identidades sócio-culturais.

As políticas macroeconômicas nacionais e internacionais, assim como as políticas de desenvolvimento regional e local tem agravado as condições de vida das quebradeiras de coco, como mostram os estudos de Mesquita (2008) e Almeida (2005). As políticas desenvolvidas pelo governo federal não tem alterado a realidade, seja pelo seu limitado alcance, quando nos referimos ao aspecto quantitativo, pelas descontinuidades ou pelas manipulações políticas do qual são alvos as populações extrativistas.

Nesse contexto o “dito” desenvolvimento aparece como (des)mobilizador e ameaçador da vida dessas famílias. Na regional do Mearim objeto de nosso estudo no século passado o território habitado por essas quebradeiras foi e continua sendo alvo de projetos de desenvolvimento-inicialmente através da Superintendência de Desenvolvimento dos Estados do Nordeste (SUDENE), essa Regional aparece nos diagnósticos como vazio demográfico, área passível de ser explorada, inclusive com um discurso de melhoria da vida dos muitos que ali vivem ou viviam.

De acordo com depoimento das entrevistadas durante a pesquisa de campo, de um dia para outro começaram a ver seus espaços de trabalho que eram livres e de “uso comum” sendo ocupados, derrubados e queimados para dar lugar a pastagens do gado²⁵. Essas agentes sociais já não podiam ir sozinhas catar o babaçu, precisavam formar grupos com mais de seis mulheres, pois sozinhas eram vulneráveis. E aos poucos foram percebendo que essas ações feitas em conjunto davam resultado, então passaram a realizar mais e mais ações coletivas.

²⁵ Ver: Barros (2012).

²⁶ Almeida (2005) fala sobre a pecuarização dos babaçuais e a aponta como a principal atividade devastadora, responsável por cerca de 80% de toda a área desmatada da Amazônia Legal. O MIQCB tomou posição relacionada a essa questão e durante o IV Encontro elaborou a “carta das quebradeiras de coco babaçu” onde apontam alternativas para resolver essa situação (ANEXO B).

Neste contexto, ocorre uma supervalorização de espaços agrários e a negação dos direitos das *quebradeiras de coco babaçu* da região.

No processo de reivindicações e construção da identidade, o desenvolvimento apresentado pelos grandes empreendimentos, se apresenta no contexto de luta como uma representação “do que” as mulheres não querem para suas realidades.

As extrativistas vêem que é preciso acionar um desenvolvimento que melhore as suas estruturas produtivas, nas fábricas, nas cooperativas, um desenvolvimento que otimize e aperfeiçoe a produção do babaçu e não a inserção de novos produtos, oriundos de outras realidades que acabam por desestruturar seu território, tornando-o poluído, e desgastado, deixando-as vulneráveis social e economicamente.

Segue um depoimento onde Almeida (1995, p. 17) explicita sobre as diferentes “unidades de mobilização”:

Nesse processo de reconhecimento e autodefinição das quebradeiras de coco babaçu digo que as unidades de mobilização são muito importantes por oferecer um aparato de possibilidades que vão além do convencional. Para romper com o controle da economia oligopolizada e do agronegócio as quebradeiras de coco criam associações, cooperativas, fabriquetas dentre outros. Evocando assim novos papéis sociais que vêm reforçar a identidade de quebradeira de coco babaçu. Dependendo da configuração estatutária da entidade a qual estão ligadas elas são presidentes, cooperadas, coordenadoras, vereadoras etc.

Nesse contexto diversos grupos se tornaram protagonistas na tentativa de superação da tríade: desenvolvimento - natureza - sociedade e na promoção do "de um desenvolvimento sustentável": a luta das quebradeiras de coco babaçu representa a idéia que a natureza poder ser valorizada com a inclusão dos grupos sociais que nela vivem.

Diversas experiências mostram que a construção de usinas hidrelétricas, devastação de babaçuais, devastação de árvores nativas, escavação de terra, (des)cartabilidade de produtos, dentre outros, vem contribuindo para degradação das áreas de vivência dessas mulheres.

Porém, algumas alternativas consolidadas apresentam-se como contraponto a esse modelo que “alguns”- os de cima- chamam de “desenvolvimento”

e que “outros”- os debaixo - chamamos (in)sustentabilidade econômica²⁶. Através da preservação do modo de vida, visando o sustento de suas famílias, as quebradeiras de coco babaçu, tidas como comunidade tradicionais vêm demonstrando que existe outro modo de lidar com a natureza.

No enfrentamento das situações acima apresentas, há movimentos e grupos sociais preocupados com sua condição de sobrevivência, estes grupos vêm lutando há muito tempo contra a força coercitiva do modelo de desenvolvimento capitalista que se espalhou em todo o nordeste.

Entidades públicas e comunitárias da região maranhense em questão vêm tentando desenvolver projetos nos diversos municípios com a proposta de sensibilizar as comunidades sobre a biodiversidade e o que isso representa para a saúde pública e para a segurança alimentar das populações tradicionais. Isso é possível, necessário e já acontece. A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos defende uma intervenção interinstitucional no sentido de:

Impulsionar o desenvolvimento humano e sustentável que exige uma mudança de valores e de práticas que são resultantes de uma ampla, persistente e progressiva articulação das forças que atuam em nível local, conformando redes sociais em torno de objetivos estratégicos comuns de garantia dos direitos humanos e de afirmação da cidadania. O desencadeamento da formação de redes sociais em nível local requer que assumamos o desafio de provocar os setores populares a assumirem seu papel de sujeito de direito e agente de mudanças, compreendendo-se que a mudança social é uma responsabilidade da sociedade. (SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS, 2005).

A implantação do sistema de pecuária no território do babaçu fez emergir essa força mobilizatória política das quebradeiras de coco, levando-as a se perceberem e ao mesmo tempo verem que não poderiam perder o seu modo de vida sob pena de perderem a própria vida. Percebemos nos estudos de Henri Alcerad (2006) que “As idéias postas nos planos de globalização desrespeitam o modo de vida local.” Estudos de Hall concebem um modo de vivenciar o local contrário ao modo global, mesmo reconhecendo contradições na realidade local.

²⁷ Discussão aprofundada nos estudos de Leroy (2010).

Há, juntamente com o impacto do "global", um novo interesse pelo "local". Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre "o global" e o "local". Este "local" não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem definidas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, 'novas' identificações "globais" e *novas* identificações "locais". (HALL, 2000, p. 77)

Conforme nossa compreensão a luta por uma homogeneização global fere a esfera local ao mesmo tempo em que viola a experiência dos indivíduos, novas relações se estabelecem nesse contexto na maioria das vezes de cima para baixo. Para Stuart Hall (2000, p. 14-25)

Num mundo de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas, as velhas certezas e hierarquias da identidade estão se confrontando. A categoria da identidade não é ela própria, problemática? É possível, de algum modo, em tempos globais, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral? A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações globais a possibilidade de que a globalização possa levar a um *fortalecimento* de identidades locais ou à produção de *novas identidades*. O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.

O local e o retorno da identidade negada contrariando a ideia de homogeneização global, as mulheres no território político do babaçu, tem buscado o fortalecimento do ser quebradeiras de coco, primeiro quando se sentiram ameaçadas, depois por perceberem que através das mobilizações poderiam alcançar outros espaços.

4 AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE COMO EXPRESSÃO DE LUTA POLÍTICA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Percebemos através dos relatórios dos “encontrões” (1991 a 2010) que há diversas reivindicações, discussões e pautas, tomamos a liberdade de escolher para esse momento de reflexão aquelas com as quais teríamos maiores possibilidade de dialogo. Ao traçarmos através dos processos de mobilização das *quebradeiras de coco babaçu* quais os que mostram como a construção da identidade das extrativistas do babaçu e moldado a partir de suas mobilizações compreendemos que estamos contribuindo com a luta dessas mulheres.

As mobilizações dessas mulheres leva a um auto-reconhecimento e um reconhecimento coletivo dessa identidade. Nesse sentido, as quebradeiras de coco podem ser consideradas como possuindo uma identidade própria já que se constituem em um grupo organizado, para Barth, grupos étnicos são considerados como formas de organização social (BARTH, 2000). Todas as reivindicações são pautadas coletivamente através dos “Encontrões”.

4.1 O “Empinar” para Luta: especificidades da luta organizada

As lutas específicas das quebradeiras propiciaram o reconhecimento público da participação dessas mulheres em espaços de decisões políticas, no trabalho da quebra do coco, bem como a sua importância nas decisões junto às famílias. Isso refletiu na autodefinição e em uma consciência coletiva do ser mulher, revelando inclusive os entraves nas relações entre homem e mulher dentro da casa, dentro dos sindicatos, nas cooperativas e nas instancias de decisões e execução das políticas pública.

Os chamados “Encontrões” são momentos fundamentais para o fortalecimento da identidade dessas agentes sociais, o “empinar” para lutar surge da visão que as condições de vida, delas e das famílias, não eram justas e que a concentração da terra nas mãos de poucos também não iria contribuir para melhorar essas condições que estavam levando. Segue o depoimento de *Sebastiana onde* podemos observar a importância desses encontros na vida das mulheres e reflexos no *empoderamento* das extrativistas do babaçu.

[...] eu vejo neles uma fonte de esclarecimentos quanto à finalidade do MIQCB, de estar também buscando políticas públicas para dentro das atividades do Movimento, enfim, agente quando via para os encontros, agente discute tudo que é de alternativa para as quebradeiras”. (COSTA, 2012).

No quadro a seguir estão sistematizadas as principais reivindicações das quebradeiras de coco desde o primeiro “Encontrão”, realizado em 1991, até o sexto “Encontrão, que aconteceu em 2010.

Quadro 2 - Sistematização das principais reivindicações³¹

ENCONTRÃO	PAUTA	PROBLEMAS LEVANTADOS	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
I EIQCB (1991) Local: São Luis.	Educação; Conflitos agrários e violência; Formas de organização: sindicalismo associativismo; Saúde e sexualidade; Preservação e alternativas econômicas para o babaçu.	Condição de não-proprietárias das famílias agro-extrativistas; Preço da amêndoa. Violência de proprietários/grileiros contra as famílias Impedimento de participação das mulheres nas instâncias de decisão dos sindicatos.	Aprofundar estudos sobre alternativas econômicas para o babaçu Campanha de sindicalização das mulheres Retomar a terra dos latifundiários.
II Encontro do MIQCB ³² (1993) local: Teresina-PI	Alternativas econômicas para o babaçu, Conflitos agrários e violência, Formas de organização: Formação de uma articulação interestadual e cooperativismo; Saúde.	Violência de fazendeiros contra as famílias trabalho infantil devastação dos palmeiras falta de infra-estrutura para beneficiamento do coco. falta de acesso à terra e aos babaçuais.	Formação da AMQCB; Exigir: desapropriação das áreas de babaçual onde existam conflito, coco liberto, cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente na zona rural; recursos para cooperativas e implantação de reservas extrativistas.

²⁸ Adaptado pela autora a partir de CORDEIRO (2008).

²⁹ Simultaneamente ao “II Encontrão” ocorreu a I Encontro Interestadual das Crianças Envolvidas na Coleta e extração da Amêndoa do Babaçu (ALMEIDA, 1995, p. 37)

III Encontro do MIQCB (* informações levantadas a partir de entrevistas com quebradeiras de coco)(1995)	Acesso aos babaçuais, Forma organizativa, Política de gênero, Troca de experiências entre as regiões. Transformações na “economia do babaçu”	Violência dos fazendeiros contra mulheres e suas famílias; Impedimento de acesso às áreas de babaçuais, desmatamento, Falta de infra-estrutura para produção e comercialização.	Pesquisa em cooperação com universidades para descrever a cadeia do babaçu, a partir das práticas das quebradeiras e ajudar na proposição de soluções aos problemas enfrentados. Criação do MIQCB.
IV Encontro do MIQCB (2001) Local: Imperatriz	“legalização” (Institucionalização) do Movimento; Reforma Agrária Leis do babaçu livre/ meio Ambiente Capacitação e formação Gênero e etnia Seguridade social Eleições da coordenação do MIQB.	Falta de estrutura do MIQCB; Falta de conhecimento da “base” sobre o que é MIQCB; Quem são parceiros, quem são apoiadores? Uso de violência pelos fazendeiros, que não respeitam o meio ambiente; Falta de compreensão dos maridos quanto à participação no MIQCB; Grandes projetos ameaçam populações tradicionais; Reservas extrativistas que não foram concluídas.	Priorizar as linhas de atuação: babaçu livre, formação e capacitação Formato institucional do tipo “movimento” estruturado com coordenação geral e coordenações executiva, temática e conselho fiscal. Sede do “MIQCB” em São Luís.
V Encontro do MIQCB ³³ (2004) Local: São Luis	Avaliação do funcionamento das regionais Reservas Extrativistas Leis do babaçu Livre Geração de renda Gênero, etnia, terra e globalização; Eleição da nova coordenação.	Preço baixo da amêndoa; Falta de infra-estrutura; Falta de projetos e financiamento para cooperativas e associações; Falta de fiscalização e implementação das leis do babaçu livre Processo de criação de reservas não concluídos; Devastação promovida pela pecuária, sojicultura e carvoarias; Não realização da	Solicitar audiências com órgãos federais para: denunciar desmatamentos, exigir compensação ambiental, exigir andamento do projeto de lei federal do “babaçu livre”; Encaminhar ao Itamaraty reivindicações dos movimentos da Bolívia e Peru, presentes ao “Encontrão”.

³⁰ Foi encaminhado também ao Governador do Estado do Maranhão, José Reinaldo Tavares, uma Moção de Repúdio pela implantação do pólo siderúrgico em São Luís.(V MIQCB, 2005)

		reforma agrária pelo governo Lula.	
VI Encontro (2010) Local: São Luís (MA)	Relatos dos encontrinhos; Conhecimentos Tradicionais e Trabalho infantil; Políticas Econômicas nos Babaçuais: Biodiesel, preço mínimo e subvenção; políticas para as trabalhadoras rurais. Agroecologia: Sistema agro florestais; Organização e reprodução das quebradeiras e Acesso aos Mercados Saúde da mulher e combate a violência; Carta das quebradeiras ; Venda de produtos; Show das “Encantadeiras”.	Trabalho infantil e serviço de menino e menina. - Ensinar os filhos aquilo que fazemos; Não deixar os filhos sozinhos; Educar dentro do seio familiar. Aquisição do azeite e mesocarpio; acesso e agilização de DAP; Assessoria técnica para apoiar essas políticas; diálogos com os conselhos de segurança alimentar municipal e nacional. A posse da terra e a função social da propriedade, Ma distribuição da terra; As leis que não são justas; Falta política pública para a saúde e a educação; Fazendeiros e empresários na Amazônia; Agrotóxicos; derrubadas; queimadas; Fragilidade econômica; Autonomia; Lutar pelo livre acesso; Buscar parcerias que dêem apoio as quebradeiras; Como colocar os produtos no mercado? Violência contra a mulher; problemas sobre cercas elétricas; Falta respeito, e justiça; Políticas públicas na prática e conhecimento.	Não deixar a crianças trabalhar no pesado; Respeito ao direito de brincar Apoio e acesso a documentação das quebradeiras de coco; agendar mutirões de documentação com MDA; SAF e AEGRE; Capacitações para elaboração de PAA nas regionais do MIQCB; Apoio às organizações produtivas e de comercialização, das quebradeiras; Certificação sócia participativa; Plano de marketing para as quebradeiras acessarem vários mercados; Petrobrás dialogar diretamente com as quebradeiras em relação ao biodiesel e parafina; Aprovação e implementação da lei federal do babaçu livre; Campanha nacional contra a queima do coco inteiro; Viabilizar acesso das quebradeiras às políticas e programas ambientais; Regularização das RESEX já existentes; criação de novas RESEX em áreas de babaçuais; Criação de assentamentos extrativista e quilombolas; Regularização fundiária na Baixada(MA);Piauí;Mearim(MA) e Pará Buscar um desenho, programar e consolidar sistemas agro florestais nos babaçuais;

			Buscar chamar atenção da opinião pública, dando ênfase no componente de gênero e à pro atividade das mulheres na busca da sustentabilidade para agricultura familiar; Elaboração de projetos de pesquisa para identificar alternativas viáveis de sistemas agro-florestais; Ter cuidado com as Parcerias; Trazer o Estado para mediação; Criação de uma cooperativa Interestadual; -Denunciar; lutar pelos direitos;
--	--	--	--

Fonte: Adaptado pela autora, extraído do MIQCB (2009)

Observando o quadro acima percebemos que as reivindicações das mulheres, organizadas no MIQCB, são relacionadas tanto às condições econômicas quanto ao acesso a direitos tidos como universais: educação, saúde e sexualidade; acesso a documentos de identidade, certidão de nascimento, casamento, registro dos filhos, licença maternidade e aposentadoria direito a liberdade e igualdade.

Outro aspecto que observamos no quadro acima é que a cada “Encontro”, as quebradeiras acrescentaram novas pautas, que representa um aprofundamento da reflexão acerca dos diversos fatores como reserva extrativista, saúde da mulher, falta de documentos pessoais, falta de saneamento básico, estradas problema que influenciam o seu modo de vida.

A partir dessas reflexões novas “bandeiras de luta” são definidas passando a serem pautas permanentes do Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu, e novas dimensões afirmativas são incorporadas à identidade das quebradeiras de coco babaçu.

A seguir destacamos de modo aprofundado as demandas relativas às reivindicações que para nós enquanto recorte de pesquisa são importantes de serem relatada nesse momento: “Livre acesso aos babaçuais; a dimensão Gênero e Etnia e a Educação”.

Temos conhecimento que essas são apenas uma parte das reivindicações que essas mulheres consideram importante, poderíamos acrescentar outros a exemplo das lutas pela melhoria do preço do babaçu, por mais fábricas, por políticas de preço justo, acreditamos que essas são reivindicações que podem ser aprofundadas em outro momento.

4.2 O Livre acesso aos babaçuais “Uso comum” e Lei

O livre acesso aos babaçuais se apresenta como um elemento reivindicatório desencadeador das mobilizações das quebradeiras de coco babaçu, mesmo antes da constituição do MIQCB, essas mulheres já lutavam pelo acesso ao babaçal, e posteriormente passa a ser uma bandeira de luta do Movimento organizado.

A luta em torno da garantia do livre acesso aos babaçuais, através das chamadas “Lei Babaçu Livre” é uma dessas bandeiras⁵, que visa garantir a entrada das quebradeiras de coco nas propriedades privadas ou não, a Lei visa garantir esse acesso através de diversos modos, que vão desde o acesso aos palmeirais até a luta contra a queima, derrubada e envenenamento das palmeiras.

A discussão em torno da chamada *Lei Babaçu Livre* existe em toda a área de atuação do MIQCB, até o momento já foram aprovadas 15 leis municipais relacionadas a essa questão do livre acesso. Na Regional do Mearim onde foi aprovada a primeira “Lei Babaçu Livre”, no município de Lago do Junco, já existem outras sete leis nos municípios de Esperantinópolis, Lago dos Rodrigues, São Luis Gonzaga, Capinzal do Norte, Igarapé Grande, Bernardo do Mearim, Bacabal e Lago da Pedra.

Conquistando a garantia do “Livre acesso” aos babaçuais, as mulheres extrativistas do babaçu eliminariam alguns entraves ao pleno desenvolvimento de sua atividade econômica. Um desses entraves diz respeito à violência simbólica que era submetida a essas mulheres pelos proprietários quando elas entravam nas propriedades para coletar o coco babaçu, uma vez que eram chamadas de *invasoras de propriedades* e acusadas de estarem roubando o coco, o que levava

³¹ Outras bandeiras (Educação, Meio ambiente, comercialização e produção, infraestrutura...)

a uma diminuição da auto-estima dessas mulheres, assim como, outro problema a ser eliminado, referente ao pagamento da “meia” e do foro pela coleta do coco babaçu.

Os diálogos em torno do “Livre acesso” aos babaçuais acabaram por abrir os horizontes de luta das quebradoras de coco em relação à sua condição de não proprietárias das terras. A partir dos “*Encontros*” as extrativistas começaram a discutir as retomadas da terra dos latifundiários; no segundo encontro pautaram desapropriação das áreas onde existem conflitos. No terceiro encontro levantam a “bandeira do Livre acesso” aos babaçuais e no quarto encontro defendem a Lei do Babaçu Livre. No quinto encontro, as lideranças do movimento além de incentivarem as participantes a se mobilizarem para a criação de mais leis nos municípios também incentivaram a fiscalização da execução destas leis já aprovadas.

A mobilização das quebradeiras de coco ensejou também a discussão da Lei Babaçu livre nas esferas Estadual e Federal³⁴.

No que tange a esfera Federal a aprovação da Lei ainda é um objetivo a ser alcançado, diversos deputados tem encaminhado projetos de lei, os quais tem sido engavetados à medida em que mudam os governantes.

O principal entrave apontado para aprovação desta Lei no plano federal, diz respeito à rígida e concentrada estrutura fundiária, existente no Brasil. De acordo com o relatório do V Encontro realizado nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2004, em São Luis do Maranhão, a situação fundiária das quebradeiras de coco é a seguinte: posseiras 10,46% das mulheres, assentadas 37,23%, proprietárias 14,64%, moradoras em reservas 0,83%, quilombolas 0,83%, sem terras 33,05%, outras 2,96%, pelo relatório pode-se ter uma idéia da situação fundiária das extrativistas do babaçu.

³² Grande parte das dificuldades das quebradeiras de coco tem suas raízes, no processo agrário que o Maranhão viveu a partir de 1969, quando foi aprovada a **Lei de Terras**, impulsionando a formação de propriedades e a apropriação privada de extensas áreas públicas.

Em 1997 aprovou-se a **Lei do Babaçu Livre**-Municipal

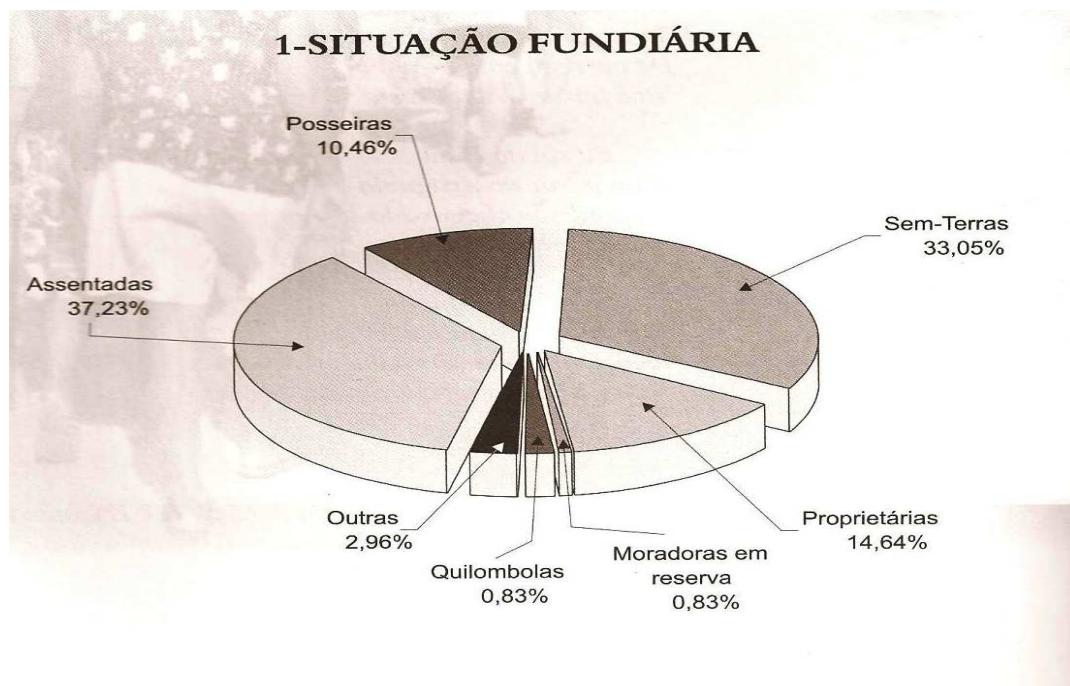
2003-. Terezinha Fernandes (PT-MA), a Deputada Federal autora do projeto

2007- O **Projeto de Lei 231/2007**, conhecido como Lei do Babaçu Livre, reapresentado pelo deputado federal Domingos Dutra (PT/MA). O **Projeto de Lei Federal** caminha a passos lentos. “Projeto de Lei na Câmara”.

Contra a lei: Wagner Lago (PDT-MA) O argumento de que a Lei do Babaçu Livre viola o direito de propriedade privada marca aquele que é, sem dúvida, o ponto mais polêmico dos debates em torno do tema. E foi justamente com base nessa alegação que o relator do projeto no Congresso Nacional, deputado federal Wagner Lago (PDT-MA), fez alterações profundas em seu texto original. São mudanças que, na prática, removem a garantia de livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais, mantendo apenas aspectos referentes à preservação da palmeira.

Gostaríamos de destacar e perceber que apesar da diversidade de situações apresentadas, a grande maioria assume a autodefinição de *quebradeira de coco babaçu*.

Gráfico 1: Situação fundiária das participantes do V Encontro.



Fonte: MIQCB (2004, p.10).

Cabe ressaltar que a maioria das quebradeiras de coco babaçu se encontra trabalhando em terras que demandam regularização fundiária e reconhecimento de seus direitos.

O acesso à terra aparece como um elemento reivindicatório importante na construção da identidade de quebradeira de coco, porque elas também vislumbram que a garantia desse direito ajudaria a diminuir a vulnerabilidade da mulher quebradeira; a propriedade da terra aqui é pensada na perspectiva da coletividade, buscando-se a criação de assentamentos extrativistas e reservas extrativistas para “uso comum” das *quebradeiras de coco*, outra temática representativa nas discussões do movimento é a questão de gênero alia as discussões de etnia.

4.3 Gênero e Etnia

O processo de incorporação das discussões de gênero foi vivenciado a partir das necessidades dessas mulheres de saírem para participar de reuniões, encontros. As *quebradeiras* vinham buscando a melhoria das condições de vida as quais estavam subjugadas e perceberem que também precisavam luta pela igualdade, ou seja, as *quebradeiras de coco babaçu queriam e querem ser tratadas como iguais, mas, mantendo suas singularidades, suas especificidades*. No início, nas relações com os sindicatos, essas mulheres não viam suas pautas e reivindicações sendo acatadas pelos sindicalistas, quando havia eleições os candidatos eram sempre homens, as mulheres ficavam sempre com os cargos de secretarias ou ajudantes, as funções de frente estavam sempre nas mãos dos homens.

Nos relatórios do primeiro Encontro colhemos depoimento que, reafirma esse processo feminino de autoafirmação:

[...] *a dificuldades que as mulheres enfrentam quando entram na luta; os maridos às vezes exigem que façam uma escolha entre a luta ou a família*". "Muitas de nossas mães não gostavam de ser mulher - Eu mesma não gostava, porque era discriminada pelo meu pai e irmãos". No conflito o homem conhece que a mulher é mulher porque ela não corre da luta. O massacre que a mulher sofre não é só do marido, é do sistema." (MIQCB, 1991).

Para as *quebradeiras de coco babaçu*, naquele momento, entender a questão de gênero a partir do MIQCB era também entender as relações culturais permeadas pelo poder de quem manda.

Nesse momento de nossa pesquisa não propomos em discussão as questões do poder, mas das relações que simbolicamente existem entre gênero e poder, do empoderamento das mulheres e seus reflexos na construção da identidade de *quebradeira de coco babaçu*.

Nas relações domésticas percebiam que as atividades não eram partilhadas com os maridos ou os homens, mesmo elas ajudando na "roça"³⁵ ou

³³ Roça-Local de plantio, com extensão variada, é previamente queimada para receber as culturas desejadas. Há uma parte do grupo familiar que não trabalha diretamente na roça, e que estando fora envia regularmente recursos para manutenção da familiar. Cadernos Tempos Novos: O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus Política Governamentais

contribuindo com as despesas da casa através da quebra do babaçu, elas ficavam também encarregadas das atividades da casa; era como se o trabalho fora de casa não fosse reconhecido.

Quando começaram a sair para as reuniões, assembléias, cursos de formação ou Encontros, as extrativistas perceberam que precisavam inserir os homens nas discussões, pois, mesmo após algumas conquistas do Movimento como fábrica de papel, sabonete ou cooperativas, muitas não se sentiam preparadas para liderarem ou tomarem a frente das entidades criadas por elas, ficando os cargos de presidente ou diretorias para os homens.

Esses processos de luta estão presentes nos relatos e músicas:

Sou mulher
 Sou mulher e me confesso consciente/
 do papel que necessito assumir/
 com a força e a coragem de minha gente/
 eu preparo o combate a seguir.
 Sou mulher que trago a marca do passado/
 de um tempo de miséria e opressão/
 no meu peito guardo a mágoa de explorada,
 submissa de geração em geração.
 Dou-me conta do passado e do presente do lugar que a mulher que
 conquistar/
 quero ver o povo inteiro sem corrente pra vitória um dia desses conquistar.
 A mulher de hoje em dia é submissa/
 porque há uma opressão que é geral/
 o sistema dá origem a tudo isso
 prá poder acumular capital.
 O futuro que se quer e tem em mente/
 só se faz com muita luta e união/
 mas um dia as trabalhadoras vão em frente/
 decidindo o progresso da nação.
 (Autoria desconhecida),
 (ANEXO D)

No início das discussões as quebradeiras de coco apontavam para as questões relativas ao impedimento das mulheres assumirem instâncias de decisão nos sindicatos; depois passaram a enfatizar a necessidade de construção de políticas de gênero, cursos e capacitações sobre os direitos da mulher; por fim acreditam que somente com reuniões entre mulheres e homens, estes poderão entender a participação delas junto às lutas do Movimento MIQCB e dos espaços de discussões e decisões.

Nos estudos de Marcela Lagarde (1993, p. 153-154) ao definir poder:

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos...Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro ou outra, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito inclusive simbólico. Dessa posição domina, sentencia, perdoa, e ao fazê-lo acumula e reproduz poder.

Pelo depoimento há uma prática velada através das decisões tomadas ou não, pois as pequenas parcelas de poder que lhes tocam e que lhes permitem romper, com o poder masculino são também desiguais na medida em que as relações entre homens e mulheres são desiguais e que mantém as mulheres subjugadas ao homem. A luta dessas mulheres para romper com o modo de domínio se apresenta em diversos momentos, tanto dentro de casa, quanto fora - no comércio, com o fazendeiro.

Dados de relatórios de 2001 apontam para necessidade do debate de gênero enquanto um elemento central para o fortalecimento das mulheres:

[...] as quebradeiras em situação vulnerável devem receber atenção diferenciada para poderem tomar parte nas ações do MIQCB e da comunidade. A situação de dependência, de dominação de políticos, comerciantes e fazendeiros ou de relações de gênero injustas podem fazer que muitas quebradeiras não possam se engajar e assumir as responsabilidades do MIQCB". (MIQCB, 2001).

Nos relatos das entrevistadas sobre essa questão, elas contam que nas primeiras reuniões ou grupos de estudo sobre gênero apenas as mulheres participavam para falarem dos problemas vivenciados com os maridos.

[...] no movimento 99% da atividade é feita pelas mulheres e é elas que optam com as florestas de babaçu, sabemos que pouca mulher tem a possibilidade de dizer que é dona do babaçual, quem é o proprietário é o homem, e por mais que ele seja companheiro da mulher quem defini o que vai ser plantado é o homem, lá o babaçu tem uma família tem o tucum, anteriormente usava a massa do tucum, dá aliança, o óleo, a fibra então a família do babaçu é muito grande. (QUERUBINA, 2009 apud MIQCB, 2009, p. 39)

À medida que se encontravam foram percebendo que ficar apenas na discussão entre elas não era suficiente, pois quando voltavam para casa o homem

estava lá do mesmo jeito com os mesmo modos, então resolveram trazer os homens para fazer parte das discussões, como narra Antonia Brito (2012):

[...] no começo apenas um ou dois, depois outros e outros, hoje já conseguimos muitos nas reuniões. Quanto a situação dentro de casa antes, um homem não banhava um menino, não lavava uma louça, não cuidava de uma casa hoje ainda não tá bom, mas, já melhorou, faço almoço ele lava louça, o homem vai para roça eu quebro coco, eu banho os meninos ele bota pra dormir, por bem, já ajuda, desejamos que seja sempre melhor tudo bem compartilhado.

Em outro depoimento de Sebastiana indica que essa questão de gênero antecede a organização das quebradeiras na estrutura do MIQCB:

[...] minha mãe contava que ela casou com o primo dela, que ela nunca tinha visto “casamento arranjado”, o pior e que o homem depois que casou deu para beber cachaça sair de casa, emprenhava a mulher e saía de casa e só voltava quando ela tinha parido, tornava emprenhar e dessa situação ela teve quatro filhos, quando ela tomou a decisão de dizer “de hoje em diante eu não moro mais esse homem” aí a família dela disse “nos lavamos as mãos” tinha que ela viver dessa situação até porque a família não queria filha “sendeira” ou seja, largada do marido, que envergonhava a família e ela disse, mas de hoje em diante eu não deito mais ele, porque dizia ela: eu não to vivendo. (COSTA, 2012).

Ao longo desse tempo o MIQCB, tem produzido materiais para subsidiar as discussões que envolvem a temática de gênero e etnia dentre eles a cartilha “Práticas Político Pedagógicas em Gênero e Raça” onde há uma definição a partir das discussões das mulheres do conceito de “raça”, “racismo”, “preconceito racial”, “discriminação racial”.

Gênero definido pela cultura se refere às pessoas e as relações entre os seres humanos, ou seja, “o conceito de gênero implica em uma relação, isto é, na nossa sociedade o feminino e o masculino são considerados opostos e também complementares”. Definição posta na cartilha produzida pelo MIQCB.

As relações de gênero produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o sexo. As relações de gêneros são também relações de poder, portanto, são construídas cultural e socialmente. Em outro momento a mesma cartilha apresenta a seguinte perspectiva:

[...] as relações de gênero são construídas a partir das diferenças sexuais, portanto, não são naturais. São criações da sociedade. Sendo gênero uma “construção social”, ele não se apresenta sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares, depende dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana das pessoas, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo. (CENTRO DAS MULHERES DO CABBO; MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU, 2010, p. 29).

Outro aspecto relevante é o fato de ser uma identidade extremamente feminina ou composta por mulheres que ao estarem engajadas nos espaços de decisões não veem suas reivindicações serem atendidas ou mesmo pautadas, sentindo-se aparte e não parte do processo de decisões nesse espaço de lutas, a partir de então passa a se organizar e se mobilizarem.

As mobilizações camponesas nas áreas de ocorrência de babaçuais revelam uma trajetória ascensional, em termos políticos organizativos, no final da década de 80 e no início de 1990, colidindo, inclusive, com as iniciativas de mercado aberto. O argumento comumente utilizado pelos analistas políticos, segundo o qual os sindicatos e demais representações dos trabalhadores se desestruturaram e perdem associados e poder de influência, no contexto das políticas de orientação neo-liberal teria que ser revisto no que concerne às mobilizações das chamadas de quebradeiras de coco babaçu. Elas passam a constituir, desde 1989, um movimento social que se estrutura segundo critérios de gênero e de base econômica não-homogênea. Compreendem mobilizações em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, não obstante privilegiarem o extrativismo, uma atividade tradicionalmente complementar e acessória às tarefas de cultivo referidas a chamada roça. (ALMEIDA, 1995, p.13-14).

A discussão sobre Etnia no contexto das *quebradeiras de coco babaçu*, organizadas no MIQCB, surgiu das reivindicações das mulheres negras, ou seja, nem sempre esteve presente, mesmo com a presença de afro descendentes no Movimento somente quando essas mulheres começam a participar enquanto representantes do MIQCB em outros espaços de luta a exemplo das atividades realizadas pelo Movimento ACONERUQ, CCN, e outros, elas começam a perceber-se nas discussões e trazem para o MIQCB essa outra face do ser mulher.

A partir do IV Encontro em 2004 a linha temática Gênero, tem o acréscimo da categoria Etnia e assim segue, até os dias atuais. Essa incorporação também é fruto de reivindicações internas das mulheres que se autodenominam

quilombolas dentro do próprio MIQCB. Devemos acrescentar que no processo de reivindicações o MIQCB agrega outras categorias que podem ser objetos de estudo a exemplo de “indígena”, “pescadores”.

A cartilha também apresenta uma discussão bastante pertinente quanto a questões da mulher negra quanto à questão da invisibilidade política³⁶. E apresenta a definição de algumas categorias:

[...] o termo “raça” traz o sentido político e social da luta das mulheres negras por igualdade e justiça social. p.15...racismo se manifesta através do preconceito. p.18preconceito esta no olhar que temos sobre as pessoas, sobre os lugares que ocupam na naturalização das desigualdades raciais; no medo que se constrói sobre a imagem do homem negro; ou na objetivação sexual sobre o corpo da mulher negra...Discriminação qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica. (CENTRO DAS MULHERES DO CABBO; MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, 2010, p. 18).

Além disso, no caso das quebradeiras que se definem como quilombola percebe-se que não se trata de uma categoria referida à situação fundiária em si, e sim uma forma de autodefinição. Isso significa que há situações onde as quebradeiras de coco se definem como quilombolas, mesmo em casos de ainda não terem acesso formal à terra; há ainda os casos de quilombos que se transformaram em assentamento.

Outra reivindicação importante que esta atrelada ao empoderamento da extrativista do babaçu e a educação. A educação para essas mulheres perpassa pela maneira como elas sentem a vida e como luta com esperança por dias melhores para suas famílias. Perpassa pelo como elas percebem não só as relações com seus familiares (Gênero), mas no modo de se relacionar na sociedade e também com a natureza. Desejam e lutam por uma educação transformadora e não uma educação para adaptação ou adestramento.

³⁴ 44% da população feminina, ou seja, 6 milhões e 300 mil são negras. Quantas mulheres no Legislativo? Quantas mulheres negras? Essa pergunta serve para o executivo, Judiciário? Quantas mulheres dão voz, a essa vasta população feminina? . (CENTRO DAS MULHERES DO CABBO; MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, 2010, p. 31-32). p. 31-32

4.4 Educação para as Quebradeiras de Coco Babaçu

Nesse contexto de luta a educação aparece nas reivindicações como um instrumento a mais para que elas possam responder aos desafios que se apresentam no processo de luta.

Nos discursos dessas mulheres o passado está sendo construído agora, os caminhos já trilhados oferecem dúvidas e questionamentos que contribuem, para o planejamento do futuro onde a relação homens/mulheres, menino/menina, cultura/sociedade, homem/natureza sejam mais igualitário e respeitadores dos direitos.

Compreendemos que para as quebradeiras de coco babaçu existe uma necessidade de mudança onde o sentido da educação leva a afirmação da identidade, é a nosso ver uma educação pautada na resistência, ao que nos parece cabe ao Movimento MIQCB a tarefa de buscar conceitos e apropriação de idéias para a construção dessa educação.

Para explicitar como as quebradeiras tratam a questão da educação Sebastiana Costa fez o seguinte relato:

[...] eu fui educada que nos mulheres tinha que estudar só até aprender a fazer o nome, porque se nós aprendêssemos mais nos iríamos escrever para namorado, na minha época mulher não podia fazer isso, eu acredito que mais para traz ainda era mais difícil, a minha mãe me deu educação para aprender a trabalhar, uma educação que valoriza o trabalho da roça e da quebra do babaçu, sou um pouco traumatizada com a educação de “saber ler e escrever” porque eu não tive, mas sou bem grata ao meu pai e minha mãe que me ensinaram a trabalhar, que também é uma educação que faz parte do dia-a-dia, mas, hoje eu vejo diferente não quero nado do que vivi na minha juventude para meus filhos, netos e para os filhos da minha comunidade, eu quero que eles estudem que tenho oportunidades outras possibilidades, eu sei que a “mola” do mundo e o estudo mais bem claro um estudo que saiba respeitar a nossa realidade, que melhore a nossas vidas. Indo um festa na igreja,(festejo), sabendo se comportar na sociedade, enfim uma educação diferente da que eu vivi. A educação do dia-a-dia era assim, respeito aos mais velhos em primeiro lugar, onde os mais velhos estavam nos podíamos estar, mas calados, menino não se intrometia em conversa de mais velho... Trabalhar... Trabalhar.. Moças cuidar de meninos mais novos, mulheres quebra coco, trabalhar na roça ajudando o marido, as moças ficavam em casa pisando arroz no pilão, para fazer almoço e mais tarde levar para o roçado onde os pais estavam trabalhando, lavar roupa, é isso [...] (COSTA, 2012).

As filhas e filhos de quebradeiras acompanham suas mães desde pequenos nas florestas de babaçu, vão desde muito pequenos, alguns contribuem com a coleta, outros com a quebra outros com a confecção de cofo ou capote, abanos, esteiras e até mesmo fazendo caeiras.

A primeira escola que o filho de uma quebradeira participa e o contato com o babaçu, eles se formam com o nosso modo de ser, acompanhamento de nossa luta, é que eles aprendam os nossos modos de preservação do meio ambiente a cabeça seja volta de conscientização para que eles repassem mais na frente, nos preocupamos em que eles não se formem só na escola formal sabemos que nessa escola os nossos conhecimentos estão bem longe e se aparece e mal contada. (QUEBRADEIRAS... 2001).

A educação para as quebradeiras de coco babaçu tem um significado social ligado às suas experiências cotidianas. Mas, também significa um mecanismo de ascensão social e política, pois ao que parece o conhecimento ligado a escola formal ofertada pelo Estado, traz esse entendimento.

A concepção³⁷ de educação é demarcada pela experiência pessoal (educação como tratamento entre pessoas), pela experiência de trabalho (educação como um crescimento profissional), pela inserção em movimentos específicos de luta e participação política (educação como forma de reivindicação de direitos), ultrapassando o sentido de obtenção do conhecimento no sentido de processo sistemático ofertado pela escola formal, haja vista a clivagem que demarcam especificamente entre educação e ensino que no entendimento de Paulo Freire (2000) deva adquirir o lugar de uma educação onde a leitura do mundo⁶ anteceda a leitura da palavra.

Nas suas posições distinguem os diversos tipos de escolas que tem a comunidade, tais como: Escola família agrícola, escola regular, escola técnica dentre outras, mas, que ainda não atendem suas necessidades.

³⁵ Empregamos essa palavra com sentido de conhecimento, ou seja, o conhecimento que essas mulheres possuem da realidade onde vivem, na contramão do mercado que diz que a educação e uma mercadoria a serviço do grande capital e da indústria.

³⁶ Barros (2011).

Quadro 3: Demanda do MIQCB em relação à educação oriundas dos relatórios (Sistematização para Dissertação/extraído do relatórios dos encontros do MIQCB)

Regionais	Local da oficina	Demanda e soluções
Mearim (MA)	Bacabal	Modificação dos Currículos, criação de escola família agrícola, programas governamentais específicos para as mulheres quebradeiras de coco, monitorias, criação de escolas de nível médio, exigir legalização das escolas, acompanhamento e administrado pela comunidade, criar escolas de ensino médio nos povoados maiores - exigir do governo do estado aplicação correta dos recursos do FUNDEF - acompanhamento da comunidade escolar que os alunos cujo pais reivindicam as bolsas-escolas sejam os beneficiados e não outros alunos, que os filhos das quebradeiras tenham acesso à educação.
Imperatriz (MA)	João Lisboa	Plano de formação, construção de escolas agroextrativistas; creches; investimento na capacitação; artesanato; Fabricação de doces; legislação ambiental, educação ambiental; pesquisa; tecnologia adequada ao babaçu; capacitação permanente para os técnicos assessores, cursos de formação e capacitação de legislação agrária, investimento e capacitação sobre ervas medicinais, investir na organização, capacitação e no acompanhamento técnico. Faltam escolas, as que têm, são até 4ª série, escolas distantes das comunidades, falta de professores qualificados.

Baixada (MA)	Matinha	Implantação escola família agrícola, que o currículo escolar seja adequado a realidade dos trabalhadores, produzir material didático pedagógico com conteúdo da realidade em que vivemos os trabalhadores da Baixada, viabilização do PRONERA, criação de escola família agrícola, criação de escolas voltadas para a juventude do campo.
Esperantina(PI)	Esperantina	Melhoria das instalações físicas das escolas, escolas instaladas na comunidade, professores seja qualificados no próprio local. Educação adequada a realidade.
São Luis (MA)		Instalação/currículo/material didático, escola família agrícola, programa de orientação aos pais (educação dos filhos), viabilizar o PRONERA, qualificação do professor.

Fonte: Sistematização da pesquisadora a partir dos relatórios dos encontros do MIQCB.

Analizamos as falas encontradas nos relatórios e documentos do MIQCB, que a maioria das mulheres não tiveram acesso à escola formal oferecida pelo Estado, no entanto essas extrativistas oriundas dos extratos pobres da população maranhense e brasileira reivindicam uma educação que respeite as suas especificidades. A educação faz parte das reivindicações permanentes desse movimento organizado. Para essas quebradeiras a educação se apresenta como um dos elementos fundamentais para melhoria da qualidade de vida, o que vem conciliar com os estudos da Unicef que aponta a educação como fator de melhoria de renda.

É possível perceber pela tabela acima que as regionais possuem uma visão crítica da política educacional existente em seus Estados e no Brasil, inclusive com proposta para o segmento.

Apesar das diferenciações em relação aos problemas de cada regional há problemas comuns. Em relação à educação identificamos que nas reivindicações de todas as regionais aparece referência a adequação do ensino escolar adequado a realidade local.

Por estarem engajadas nos movimentos sociais dos mais diversos, construindo a própria identidade³⁸ como quebradeira de coco o significado de educação está referido à dimensão política, ou seja, a educação para essas mulheres visa buscar conhecimentos para lutar pela garantia dos seus direitos. De acordo com os vários depoimentos, podemos afirmar que a representação social de educação está vinculada à função social que a individua ocupa naquele grupo e em relação às entidades civis, bem como o lugar na produção (GRAMSCI, 1978), aqui referida a extração do babaçu, produção de sabonetes nas fabricas e demais produções do babaçu.

As principais lideranças do MIQCB procuraram ao longo dos anos estudar e se capacitar como meio para conseguirem discutir com interlocutores nos órgãos dos governos-pessoas funcionários- suas proposta e reivindicações a exemplo da “Lei de Livre”.

Nas discussões do acesso aos Babaçuais, além do conhecimento ligado as suas práticas cotidianas, essas mulheres sentiram que precisavam dominar o saber dos livros. Nas entrevistas e nos relatórios observamos que nas experiências no âmbito da produção extrativista há um investimento na educação dos filhos e filhas a partir, por exemplo, da criação das Escolas Família Agrícola. Essas escolas têm por finalidade formar os jovens para a realidade do campo onde estão inseridos ao mesmo tempo em que eles exercem o que aprendem contribuem na família e na comunidade com novas tecnologias de produção agrícola e extrativista, dedicando respeito ao meio ambiente. A sistemática das Escolas Agrícolas baseia-se na alternância entre o aprendizado teórico e prático. Os alunos ficam 15 dias na escola e 15 dias em casa exercendo o que aprenderam. Alguns desses estudantes depois que concluíram o segundo grau, continuam em seus locais de origem e atuam também junto aos movimentos sociais.

³⁷ Ver Barros (2011). Livro Insurreição de saberes.

Outra experiência na área de educação trata-se do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) que tem contribuído para uma educação das lideranças nas regiões e para um ensino direcionado à realidade local.

A concepção sobre educação também muda de acordo com a posição social ocupada por cada quebradeira de coco. As que estão organizadas no MIQCB possuem críticas em relação à falta de políticas públicas para a referida área de atuação do MIQCB. As extrativistas fazem uma distinção entre a educação que liberta e a que ensina a ficar calado. Freire (2000, p. 114) aponta que “[...] toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de respostas, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão.”

Nesse processo de luta por melhores condições de vida essas mulheres tornam-se ativas compreende que estão *na e com* a realidade, por isso, atuantes e críticas, por isso, a Educação dentre outras linhas se tornou bandeira de luta do MIQCB.

4.4.1 O MIQCB: concepção de educação a partir dos encontros, relatórios e projeto

De acordo com depoimentos que estão contidos nos relatórios dos encontros projeto e reuniões de avaliação, identificamos a visão do MIQCB em relação à educação. A partir desse capítulo passo a expor essas concepções. Segue um trecho do relatório do I Encontro Interestadual, que ocorreu em 1991:

[...] a educação que as mesma tiveram na infância foi bastante repressora, as filhas não poderiam ir a escola, pois estudar era só para aprender a escrever cartas para namorado. E os meninos tinham que ajudar na roça. E as meninas esperavam chegar aos 15 ou 16 anos para casar. (MIQCB, 1991, p.16)

No mesmo relatório, em outras passagens, as quebradeiras de coco enfatizam os problemas relacionados à educação publica viabilizada para as áreas rurais, conforme o trecho a seguir:

[...] a situação da educação no Estado e no Município é uma só: falta compromisso do poder publico com a educação; falta escola na comunidade, as poucas que tem estão em péssimas condições; os

salários dos professores são baixos; os nossos filhos são discriminados, não tem as mesmas oportunidades, não podem sequer pagar taxas para se inscrever em concursos, as vezes são aprovados e não são chamados por serem negros. Os empregadores sempre exigem boa aparência. (MIQCB, 1991, p.17).

Percebe-se nos depoimento que as mulheres possuem uma visão crítica da educação ofertada pelo Estado. No primeiro depoimento a educação das meninas é desvalorizada, considerada inútil. As representantes do Movimento questionam a colocação de que as mulheres não deveriam estudar e possuem um conhecimento das deficiências estruturais da educação contemporânea. Esse ultimo ponto pode ser mais percebido no segundo depoimento. Ainda com relação ao primeiro depoimento percebe-se a emergência da discussão de gênero onde o debate gira em torno da discriminação das meninas.

Ainda no relatório do primeiro encontro aparece uma proposta de educação considerada adequada, segue o trecho:

[...] queremos uma educação que respeite nosso modo de vida. Nossa vida lá na comunidade. Que possa nos ajudar a transformá-la. Queremos uma educação libertadora que traga para a vida a diferenciação libertadora dos sexos, uma educação que respeite a nossa realidade e que possa ajudar a transformá-la [...] (MIQCB, 1991, p.17).

Essa discussão reaparece nos relatórios subsequentes. No relatório do segundo Encontro que ocorreu entre os dias 12 e 14 de outubro de 1993, identificamos a colaboração de que “a escola e a família negam o valor da mulher, porém elas estão dialogando para uma nova visão que reverta essa concepção machista que domina a sociedade”. Reaparece a discussão de gênero. A escola e a família aparecem como instituições que reproduzem os valores sociais.

Permanece nesse relatório do MIQCB uma crítica ao poder público, no que se referem à área da educação as mulheres dizem que o governo é ausente e uma ressalva em relação à importância da mobilização política do grupo, fato que pode ser percebido na citação que segue: *“As escolas só funcionam quando a comunidade está organizada; faltam professores e merenda e material escolar”*

Com relação ao relatório do quarto encontro, ocorrido entre os dias, 11 a 14 de setembro de 2000 *“Contribuímos para a elaboração desse estudo que é*

importante para nós e para as bibliotecas” (MIQCB, 2001, p.17), percebemos que inexistia uma referência explícita a educação, o que não significa que esse debate tenha sido deixado de lado. Inclusive ocorre, nesse encontro o lançamento da edição do livro Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados. Esse livro, escrito com a participação das quebradeiras de coco pode ser analisado como uma produção que visa registrar essa história de luta. Segue um trecho da fala de uma quebradeira de sobre esse lançamento:

No relatório do quinto encontro nos chamou atenção uma fala da senhora Francisca (TO) em relação à educação e ao ensino aprendizagem: “as quebradeiras não tiveram estudo, mas são professoras”. Ou seja, consideram não somente o saber e a qualificação “formal”³⁹ como fazendo parte do processo de ensino aprendizagem, mas os conhecimentos adquiridos em outros espaços de ação social.

No quinto encontro houve a elaboração de uma carta a ser encaminhada para os órgãos públicos com as reivindicações das quebradeiras de coco. Nessa carta, as mulheres apontam como importante a participação do movimento na várias capacitações e qualificações que de acordo com relato, se faz necessária para uma formação *das quebradeiras de coco* e para uma ampliação do diálogo com os representantes do governo.

4.5 Afirmação da Identidade de quebradeira de coco babaçu

A identidade de *quebradeiras de coco babaçu* se deu a partir de um processo de luta, pois antes da constituição do movimento e de uma pauta de lutas comuns, essa identidade ainda se constituía em uma negação ou estigma, como veremos nos depoimentos que citaremos adiante. É a partir dos anos 90 que a autodesignação como quebradeira de coco passa a ser acionada *positivamente*, o que no entendimento de Bourdieu²⁷ é a existência coletiva que leva a afirmação da

³⁸ Educação nas escolas ofertadas pelo poder público, onde o currículo não atende a realidade das quebradeiras de coco babaçu.

³⁹ “Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles tem deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como «nós» por oposição a «eles», aos «outros» e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.”
 “A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação

identidade, podemos perceber essa passagem da existência atomizada para a existência coletiva.

A identidade “quebradeira de coco babaçu” passa a ser acionada nos locais onde houve condições mobilizatórias para tal, entretanto ela não ocorre em todos os lugares onde há babaçuais. Sendo essa identidade não fixa, portanto não podemos afirmar que onde não há babaçuais possa ou não existir quebradeira de coco babaçu que se autodefinam enquanto tal.

Barth propõe que centremos a análise nas fronteiras, ou seja, entende que o critério de definição da identidade passa pelos sinais que o próprio grupo elege como diferenciadores em relação aos outros grupos. Essas fronteiras não devem ser entendidas como fixas geograficamente, assim como para esse autor, não é o pesquisador quem define os traços do grupo. Ao contrário, são os próprios membros do grupo que a partir de critérios de autodenominação possuem a autonomia de se definirem (BARTH, 2000).

No caso das quebradeiras de coco babaçu deve-se entender que os critérios de afirmação da identidade passam pela dimensão político-organizativa (BARTH, 1998; 2000). O conceito aplicado anteriormente se apresenta, a priori, com determinado significado e com o passar do tempo os elementos aparecem e começam por atribuir outros significados a esse conceito, de acordo com a realidade existente, tendo em vista que toda realidade social é simbólica e, por conseguinte, fruto de interpretações.

Nesse sentido, nesse momento, nos propomos a entender e fazer uma reflexão sobre o que as ciências e o movimento de quebradeiras de coco babaçu têm produzido na afirmação (construção) do conceito de *quebradeira de coco babaçu*.

O termo *quebradeira de coco babaçu* embora seja relacionado a uma atividade econômica se constitui em uma forma de autodefinição que congrega as

coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer. A passagem da existência atomizada para a existência coletiva de acordo com Pierre Bourdieu se dá quando: O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema- e que termina na institucionalização do grupo (mais ou menos totalmente) pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização.” (BOURDIEU, p. 124-125, 2010).

sujeitas sociais²⁹ em processos de mobilização nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Integram diferentes formas organizativas, estima-se em 300 mil o número de mulheres envolvidas no extrativismo do babaçu nos estados acima citados, porém na área de atuação do MIQCB esse número ainda é uma realidade a ser alcançada. Essas mulheres ocupam várias posições sociais, são trabalhadoras rurais, extrativistas do babaçu, esposas, mães, com dupla ou até tripla jornada de trabalho.

Quando nos referimos às quebradeiras de coco babaçu percebemos que as mesmas, em seus depoimentos, se referem a essa identidade e elegem os critérios de definição dessa identidade. Dizem que anteriormente à organização coletiva sentiam vergonha em afirmar essa identidade e que após a organização positivaram essa identidade. Observação que a cada encontro ou reunião, com discussões e definições coletivas mais e mais mulheres tem se firmado nas mobilizações.

Considerando que a forma de definição e autodefinição estão relacionadas a uma multiplicidade de relações sociais, vale considerar que as quebradeiras de coco babaçu possuem situações variadas em relação à terra, a posição na estrutura familiar, profissão e a inserção em diversos movimentos, além de lutar por direitos, que também são variados.

Cada uma dessas mulheres pode ocupar tarefas diferenciadas, como assumir trabalhos domésticos, trabalhar na roça, tomar conta das crianças e outras mais. O depoimento a seguir, de Maria Querubina Silva³⁰, oferece uma idéia do que estamos explicando:

A questão da luta pela identidade da mulher, isso tem sido muito brabo, a partir da companheirada da gente mermo. Quando a gente fala a categoria mulher, a mulher é casada com o trabalhador, mora na roça mais o cidadão. Ele é trabalhador rural, ela é doméstica, isso tem dado muita polêmica, para que isso comece a reverter o quadro e que até os companheiros contribui para que essa coisa se reverta

⁴⁰ Utilizamos aqui o termo sujeita social por se tratar de um movimento composto prioritariamente por mulheres, entendemos, nesse termo, aquela pessoa capaz de se reconhecer, compreender e lutar pela transformação das relações de submissão as quais são impostas.

⁴¹ Nascida em Pedreiras, Regional do Mearim, no povoado Olho D'Água do Tolentino, migrou quando tinha 30 anos, na década de 1970, para Imperatriz.

esse quadro. Outra coisa é a mulher ter nome. (QUERUBINA apud MARTINS, 2001, p. 178).

As agentes sociais, que estamos falando, podem ser definidas como: Um movimento organizado que transformam o meio geográfico, capazes de mudar a sociedade em que vivem. São mulheres que acordam antes do amanhecer, pois para seguir ao trabalho, precisam deixar o lar organizado, preparar o almoço para os filhos. Também levam parte deste almoço consigo para as áreas de trabalho, apenas o necessário para a reposição das energias consumidas durante um dia de trabalho na quebra do coco. Há ainda aquelas quebradeiras de coco que exercem papéis fora do lar como professoras, estudantes ou exercem cargos políticos como de vereadoras, presidentes ou representantes de associações.

Entretanto, vale ressaltar que não é somente a atividade da exploração do babaçu que define a identidade de quebradeira de coco babaçu. Percebemos, por exemplo, que as lideranças, mesmo não exercendo a atividade de quebra do coco do babaçu diariamente, se autodesignam como quebradeiras de coco babaçu incorporando o sentido político dessa categoria.

Existem graus diferenciados de participação nos movimentos sociais para além do próprio movimento das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB), são as associações locais, Associações de comunidades quilombolas, Conselhos como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Associações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MABE), Grupo de Mulheres (AMTR - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais) e Clubes de Mães, são tais movimentos que complementam a formação dessas mulheres como sujeitas sociais.

Ao analisar a relação entre a construção da identidade e os processos de reivindicação, percebemos através da pesquisa que alguns aspectos da construção dessa identidade “quebradeira de coco babaçu” se dão a partir da “relativização” da origem, enquanto definidora dessa identidade ou os critérios meramente geográficos, ao relativizarmos esses critérios, a experiência que envolve o acionamento da identidade de *quebradeiras de coco babaçu* está centrada no critério organizativo, político, e social na autodenominação Barth (2000). É a partir dos anos 90 que esse segmento social passa a se mobilizar e se autodefinir em contraposição as formas de classificação impostas como trabalhadora rural, posseira, camponesa.

Se fossemos buscar subsídios em autores primordialistas, a identidade de *quebradeira de coco* seria fixa, um conceito “fechado”, “natural”, “autoevidente”, dado, onde o pesquisado não possui voz, seria um conceito alicerçado seja em uma raça, em uma cultura comum ou qualquer outro critério externo. Entretanto, trabalhamos com uma abordagem *relacional*, que considera a fala e a autodenominação do próprio grupo. Na primeira abordagem, primordialista, “o grupo é mostrado” e os critérios são externos, na abordagem relacional importa os critérios de definição e a autodefinição do próprio grupo. Fredrick Barth, por exemplo, diz que: “[...] grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente têm como característica organizar as interações entre as pessoas.” (BARTH, 2000, p. 27).

As “sujeitas sociais” às quais descrevemos são integrantes de movimentos organizados, são agentes sociais que possuem um papel fundamental no desempenho das atividades extrativistas, estão inseridas no cenário político dos estados como vereadoras e outros cargos políticos, são sujeitas de ação social que lutam por melhoria na qualidade das políticas públicas voltadas para vida das quebradeiras de coco e seus familiares (WEBER apud RODRIGUES, 2007).

Percebemos que a realidade vivida por essas mulheres é sempre muito difícil, as condições de vida nem sempre condizem com o desejado, é preciso haver muita luta para mudar o contexto social e econômico no qual vivem as quebradeiras de coco babaçu, no depoimento que segue abaixo podemos demonstrar o que percebemos. Segue o depoimento de Maria de Jesus Bringelo “Dijé”⁷

Um quilo de coco é vendido por um R\$ real. Mas, antigamente, lá em Monte Alegre, a gente tinha que quebrar cinco quilos de coco pra comprar um quilo de arroz. Sei de comunidades em que dez quilos de coco valiam um quilo de arroz. Hoje, quebramos o coco e recebemos o dinheiro na hora. Isso foi uma grande mudança, porque, durante muito tempo, entregamos as amêndoas em troca de vale, um pedacinho de papel com o valor escrito. Se aquele pedacinho de papel se perdesse, nós perdíamos o dinheiro... Uma boa quebradeira de coco consegue tirar dez quilos, na média. (BRINGELO, 2009).

⁴² Maria de Jesus Ferreira Bringelo: Coordenadora Geral, residente no Povoado Monte Alegre no Município de São Luís Gonzaga-MA.

Ao longo dos anos, com o processo de mobilização constante, as *quebradeiras de coco babaçu* lutam pela valorização do seu trabalho, e pela implementação das suas bandeiras de luta através das políticas do Estado.

É uma mulher que ta aí no movimento há muito tempo, eu digo sou quebradeira, sou uma mulher que faz o movimento e que com esse movimento agente conseguiu criar uma identidade que a gente não tinha, agente era trabalhadora, mas agente era misturado um monte de coisa, então a Dijé que ta aqui hoje possui uma triplica identidade além de ser mulher eu sou quilombola, sua trabalhadora rural. Sou mãe sou avó, sou mulher que cuida da casa da roça. Eu digo que tenho um triplica identidade por isso. Essa identidade não é aquela que ta escrita no papel na foto. Essa identidade é aquela que nos mesmo criamos é que em todo lugar aonde nos chegamos eu digo quem eu sou, essa é minha identidade. (BRINGELO, 2009).

De acordo com o depoimento de dona Dijé essa identidade de quebradeira de coco babaçu é construída no processo de luta. Ela afirma que anteriormente ao movimento das quebradeiras de coco, as mulheres não possuíam ainda uma identidade, embora se autodesinissem de várias formas. Ela descreve esse momento, anterior a organização coletiva como um momento em que “tudo aparecia misturado”. É momento em que a autodefinição como quebradeira de coco relacionava-se mais a uma atividade econômica do que propriamente uma categoria política. Isso significa que os contextos de ação política ainda não estavam definidos como hoje.

Atualmente uma quebradeira de coco babaçu pode, dependendo do interlocutor, se definir de formas diferentes, inclusive como quilombola. Assim, se uma *quebradeira de coco* estiver, por exemplo, em uma reunião de um movimento social ligado a causa negra ela vai se autodefinir, naquele contexto, como quilombola. Se estiver em uma reunião que aglutina quebradeiras de coco babaçu se autodefinirá como quebradeira de coco babaçu.

Outro ponto ressaltado, de acordo com o depoimento acima é que essa identidade é considerada, pela própria entrevistada como não sendo fixa, como se atualizando na prática, ou, nas suas próprias palavras como a *identidade criada* pelo próprio grupo em contraposição a que está *no papel, na foto*. Ainda a esse respeito, vale destacar que no livro didático estudado por nós na graduação nos é apresentado, os chamados “tipos regionais”, inclusive com fotos representando uma

naturalização dessas agentes sociais (BARROS, 2005). A luta coletiva pela afirmação de uma identidade vem contrapor essa naturalização, ou conforme, minha entrevistada, essa identidade está, nas suas palavras: *em todo lugar aonde nos chegamos*.

Um dos autores que nos ajuda a pensar esse processo de construção de dessa identidade é Stuart Hall, quando considera que na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam. Somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000).

um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. (HALL, 2000, p. 9)

Hall (2001), ao tratar das mudanças em relação ao conceito de identidade expõe que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.

No caso que estamos analisando os processos mobilizatórios e reivindicatórios das quebradeiras de coco babaçu, na luta antagônica, quando uma quebradeira de coco se autodenomina de outra maneira e incorpora outras identidades, nem sempre se pode falar em fragmentação. Existe a possibilidade de analisar essas diferentes formas de autodefinição como um recurso de interlocução inserido em um processo de luta por direitos.

5 CONCLUSÃO

As conclusões preliminares em torno dessa pesquisa apontam para a percepção de que as *quebradeiras de coco* possuem um modo de vida específico e que a dinâmica do uso comum da terra é um dos pontos centrais desse modo de vida.

A organização dessas trabalhadoras rurais em um movimento surge a partir do desenvolvimento de uma consciência coletiva de que era necessário construir uma organização que encampasse as bandeiras de luta e discutisse os problemas que eram comuns a essas mulheres extrativistas: identidade, gênero, por necessitarem serem reconhecidas enquanto trabalhadoras, estarem juntas no mesmo patamar dos companheiros nas discussões dos sindicatos, das reivindicações ecológicas contra a derrubada de palmeiras, da educação voltada para as questões locais, da saúde, da sexualidade; enfim, da necessidade de romperem com formas tradicionais de organização e ao mesmo tempo assumirem as problemáticas vividas pelas mulheres como fundamentais.

Contudo, apesar do fortalecimento do movimento, que hoje atua em quatro estados brasileiros e de todas as conquistas alcançadas, o movimento das quebradeiras de coco babaçu não ocorre em todos os lugares em que existem babaçuais e que nem sempre a categoria *quebradeira de coco babaçu* se constituiu em uma categoria de cunho político.

O reconhecimento do MIQCB vem atrelado à luta contra um processo de modernização conservadora que insiste em manter intocáveis as estruturas fundiárias no Brasil como a relação de trabalho apoiada na submissão de quem trabalha no campo.

A presença dos chamados grandes projetos, como o Projeto Carajás, aumentam a concentração fundiária e o processo migratório, provocando um crescente desenraizamento dos trabalhadores do campo que partem para a vida nas cidades, além de provocar uma flagrante devastação na floresta Amazônica. Neste processo ocorre conseqüentemente uma supervalorização dos “negócios” agrários e a negação dos direitos das populações tradicionais. As técnicas e práticas tradicionais de trabalho e vivência cotidiana dos grupos sociais locais sofrem alterações sócio-culturais e econômicas marcantes fruto da expansão econômica do capital.

O referido desenvolvimento vem provocando muitas mudanças, entre as quais destacamos: a terra, que deixou de ter valor de uso e passou a ter valor de troca; a desvinculação gradativa do grupo familiar das atividades culturais tradicionais herdadas de seus antepassados; o discurso contraditório governamental e não governamental sobre desenvolvimento e sustentabilidade em relação às comunidades locais e suas identidades sócio-culturais.

A identidade quebradeira de coco a todo o momento é confrontada com outras identidades é no processo de reivindicação e mobilização que a autodefinição emerge. Esse global talvez tenha levado a um fortalecimento da identidade local ou mesmo estimulado esse reconhecimento ou acionamento. Seja uma reação defensiva, ou seja, ao se sentirem ameaçadas pela presença massacrante de outras culturas, essas mulheres se apresentam na tentativa de afirmação

Num processo inverso as práticas de “uso comum” aumentam a liberdade de uso dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que acionam a preservação ambiental, pela facilidade de controle exercido pela própria comunidade.

Nas áreas de ocorrência dos babaçuais as mulheres que desenvolvem a atividade extrativista de coleta e quebra do coco organizam-se em torno de entidades como sindicatos, associações de trabalhadores rurais e cooperativas. São extrativistas que passam a assumir um papel político a exemplo de vereadora e que nem por isso deixam de acionar a identidade de quebradeira. Isso significa que não é a frequência da prática de quebrar coco em si que define a identidade, “identidade” aqui entendida como não fixa, mas uma construção social onde as agentes acionam para fortalecimento coletivo, ou seja, a identidade é sempre uma relação social construída com outros.

Observamos em nossa pesquisa às precárias condições alimentares as quais estão sujeitas essas mulheres e seus filhos e filhas, na maioria das vezes a quebra do babaçu mal dá para aquisição da farinha e do café, faltando sempre outros alimentos.

Faz-se necessário tomar medidas que erradiquem os estereótipos baseados nas diferenças entre homens e mulheres, estimular as meninas a participar das funções sociais, econômicas e políticas da sociedade e garantir igual acesso de meninos e meninas à educação e formação

O perfil das quebradeiras de coco babaçu são mulheres que se autodenominam enquanto tal, que contribuem com o sustento de suas famílias

através do babaçu, que através de suas lutas conseguiram dar visibilidade ao seu modo de vida, um pequeno numero já conseguiu grandes conquistas como, por exemplo, a posse da terra, outras vivem em reservas extrativistas, outras vivem em pontas de ruas, nas cercanias das cidades do interior e nas beiradas das grandes fazendas e para ter acesso ao coco percorrem grandes distâncias, pulam cercas, pagam foro, enfrentam jornadas extenuantes de trabalho muitas vezes passam por humilhações e violência de fazendeiros

Buscamos sistematizar a concepção e a necessidade das quebradeiras de coco babaçu, entorno, da educação, mesmo cientes que a totalidade social é bem maior que a soma das partes, ou seja, que os conhecimentos que o MIQCB oferece a uma pesquisa mais prolongada é bem maior do que o que estamos apresentando nesse momento e que há outros subsídios para novas reflexões.

Ao analisar os relatórios e documentos oriundos das atividades do MIQCB, foi nossa preocupação refletir sobre a concepção educacional das quebradeiras de coco. Nessa análise percebi que as mesmas compreendem a educação de forma ampla, transcendendo os limites da escrita, o que evidencia uma consciência da realidade concreta, possibilitando a práxis pedagógica.

O MIQCB nos oferece uma compreensão da educação à luz das necessidades da realidade específica do segmento o qual representa de certa forma e, vai além do planejamento do Estado. A educação no contexto das quebradeiras de coco é discutida de forma ampla e crítica.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cidade, ambiente e política**: problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeira de coco babaçu**: identidade e Mobilização. São Luís: Estação Publicidade & Marketing, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa E. Azevedo. **Populações tradicionais**: questões de terra na Pan-Amazônia. Belém: UNAMA, 2006.

ALMEIDA, Wagner. **Terras Tradicionalmente Ocupadas**. 2. Ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BARROS, Valderiza. Educação: uma leitura do mundo das quebradeiras de coco babaçu. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CAMBIO CLIMÁTICOS DE LA VII CONVENCION INTERNACIONAL SOBRE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2011, Havana. **Anais...** Havana: 2011.

BARROS, Valderiza. Múltiplas identidades das quebradeiras de coco babaçu. In: MARTINS, Cyntia Carvalho et al. (Org.). **Insurreição de saberes**: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais: interpretações do Maranhão. Manaus: UEA, 2011. p. 180-195.

BARROS, Valderiza. Projetos de desenvolvimento e quebradeiras de coco babaçu. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 1., 2012, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p.16.

BARROS, Valderiza: **Um estudo sobre as quebradeiras de coco babaçu no livro didático terra das palmeiras**. 1995. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-Universidade Federal do Maranhão, São Luis: 2005.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras In: POUTIGNAT, Pheilippe. **Teoria da Etnicidade**. São Paulo. Editora Unesp, 1998.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-67.

BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. Cadernos Tempos Novos. **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. Coleção Pe. Cláudio Bergamaschi, CPT, São Luís, 1998.

BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em rota de colisão**: experiências camponesas versus políticas governamentais. São Luís, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. **A miséria do Mundo**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRINGELO, Maria de Jesus Ferreira. **Entrevista sobre identidade das quebradeiras de coco e o MIQCB**. São Luis, junho, 2009.

BRITO, Antonia Vieira. **Entrevista sobre A construção do MIQCB e suas Lutas**. Centrinho do Acrísio, março, 2012.

CAMPOS, André. Babaçu livre. **Repórter Brasil Agência de Notícias**, 3 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=521>>. Acesso em 13 ago. 2012.

CENTRO DAS MULHERES DO CABBO (CMC); MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Práticas políticas pedagógicas em gênero e raça**. [S.l.]: Provisual, 2010. (Cartilha).

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas**: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão. São Luis: UFMA, 2008.

COSTA, Sebastiana Ferreira. **Entrevista sobre a contrução do MIQCB reivindicções, gênero, identidade a lutas das quebradeiras**. Ludovico, março, 2012.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. **Capacitação Vegeflora/GTZ**. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <http://efacocaispiaui.blogspot.com.br/2010_02_01_archive.html>. Acesso em 11 jun. 2012.

FRANCA, Vânia. **Relatório das regiões dos cocais**. [S.l.]: Actionad, 2011. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/para_JAN-2011.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOOGLE. **Quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=QUEBRADEIRAS+DE+COCO+BABA%C3%87U+NO+MARANH%C3%83O&hl=pt-BR&rlz=1R2ADRA_pt-BRBR417&prmd=imvns&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=KRtiUK79CMqnrQGqpoGoAw&ved=0CGIQsAQ&biw=1093&bih=447#q=QUEBRADEIRAS+DE+COCO+BABA%C3%87U+NO+MARANH%C3%83O&hl=pt-BR&sa=X&rlz=1R2ADRA_pt-BRBR417&tbm=isch&prmd=imvns&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.&fp=1&biw=1280&bih=670>. Acesso em 11 ago. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAERBAERT, Rogério. **Nome do livro**. Local de Publicação: editora, 2011 p. 92-93.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

ARAÚJO, Helciane. Quebradeiras clamam pela preservação e livre acesso aos babaquais. **Pindova informativo bimensal do MIQBC**, São Luís, jan./fev. 2009. Disponível em: <http://www.miqcb.org.br/imagens/pindova_11.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2012.

ARAÚJO, Helciane. Quebradeiras clamam pela preservação e livre acesso aos babaquais. **Pindova informativo bimensal do MIQBC**, São Luís, fev./maio 2010.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 1993.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Brasília-DF: 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/60854227/Paul-little-TERRITORIOS-SOCIAIS-E-POVOS>>. Acesso em 12 ago. 2012.

LOPES, Diocina. **Entrevista sobre as reivindicações do MIQCB**. Ludovico, março, 2012. (Dior)

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

MARTINS, Cyntia Carvalho; PEREIRA JÚNIOR, David. **Nova cartografia social social da Amazônia**: mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias. Mearim: UFAM, 2009.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 2, n. 2, jul./dez.1996.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão**: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas. São Luis: IMESC, 2008.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Relatório do 1º Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu**. São Luís: MIQCB, 1991.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Relatório do 5º Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu**. São Luís: MIQCB, 2004.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Relatório do 4º Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu**. São Luís: MIQCB, 2001.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). **Relatório do 6º Encontro Interestadual das quebradeiras de coco babaçu**. São Luís: MIQCB, 2009.

QUEBRADEIRAS de coco babaçu. Produção de Pedro Babier. Roteiro e direção Direção Delvair Montagner. [S. l.]: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, CEX: 2001. 1 DVD (7min. 13 seg.)

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS (SMDH). **Programa Cidadania Ativa no Baixo Parnaíba**. [S.l.]: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 2005.

SOUSA, Maria Alaídes Alves de. **Entrevista sobre Leis de livre acesso aos babaçuais, educação, MIQCB**. Ludovico, março, 2012.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1993.

ANEXOS